

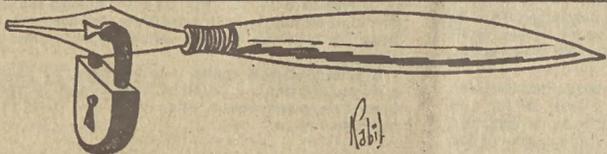
REUNIÃO DO COMITÉ CENTRAL DO PARTIDO COMUNISTA PORTUGUÊS

- A reacção passou das manobras visando a conquista de posições a uma ofensiva global contra a democracia, o que assinala uma mudança qualitativa da situação
- A acção do governo Mota Pinto/PPD insere-se no plano das forças reaccionárias visando a criação de uma situação de facto que desrespeita o quadro constitucional
- Os anunciados projectos para a revisão inconstitucional da Constituição, a concretizarem-se, corresponderia a um golpe de estado para destruir o regime democrático português
- O governo Mota Pinto/PPD não corresponde à segunda alternativa apresentada pelo Presidente da República na sua comunicação de 22 de Setembro
- Eleições antecipadas para a Assembleia da República continuam a ser a solução mais adequada para a crise de governo que se mantém
- O PCP propõe a todos os democratas e patriotas oito pontos que definem os objectivos essenciais da defesa da democracia e da independência nacional. O respeito pela Constituição e a sua defesa contra as manobras que visam a sua revisão fora do quadro constitucional são pontos base da defesa do regime democrático
- O PCP continua a considerar que nas tarefas de defesa da democracia é necessário — não excedendo nem minimamente renunciando ao quadro das instituições, do regime, das liberdades e direitos — associar as lutas de massas, a intervenção directa na solução dos problemas nacionais e a acção junto dos órgãos do poder e nos órgãos do poder

EXISTEM FORÇAS PARA CONJURAR O PERIGO REAL DE UMA DITADURA

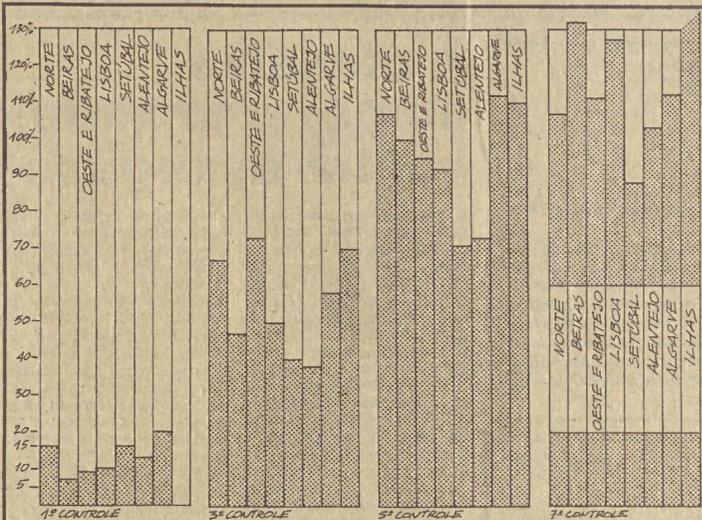


O Comité Central convocou o IX Congresso do PCP para 31 de Maio/3 de Junho, começando imediatamente os trabalhos preparatórios em todo o Partido



A ofensiva do governo Mota Pinto/PPD contra os órgãos de comunicação

Pág. 2



A CAMPANHA DA UJC ULTRAPASSOU OS 1.500 CONTOS!

Pág. 3

**DEFENDER A REFORMA AGRÁRIA
DEFENDER ABRIL**

**PARALIZAÇÕES DIA 24 JAN.
(ENTRE AS 15H. E 17H.)**



Pág. 8



Gravura de José Dias Coelho publicada no «Avante!» clandestino

A 23 de Janeiro de 1950, foi assassinado pela PIDE o camarada José Moreira, operário vidreiro, responsável pelo aparelho clandestino das tipografias do «Avante!» e do Partido.

Barbaramente torturado até à morte, José Moreira nada disse, nada revelou. São suas as palavras: «uma tipografia clandestina é o coração da luta popular. Um corpo sem coração não pode viver».

Quando, aos 27 anos, o seu coração deixou de bater, graças também ao seu sacrifício heróico a luta continuou. O coração da luta popular não deixara de pulsar.

Não esqueceremos.

ELEIÇÕES NAS AUTARQUIAS
Riomeão
Arcos
Freixiel

Pág. 5

Editorial

A DEMOCRACIA SERÁ DEFENDIDA

Uma nova Reunião Plenária do Comité Central do PCP acaba de realizar-se. Uma vez mais, no curto espaço de dois meses, o balanço político se impôs.

O órgão supremo de Direcção dos comunistas portugueses no intervalo dos Congressos examinou profundamente as alterações últimas produzidas na situação do país, determinou a natureza qualitativa das mudanças, avançou propostas políticas novas e realistas, definiu com clareza novas linhas de acção imediata e a médio prazo para o PCP.

Dos debates e do documento que os resume duas conclusões fundamentais se extraem:

Uma: — a reacção põe na ordem do dia, como tarefa global, a liquidação do regime democrático e a restauração do poder de exploração e de opressão dos monopólios (associados ao imperialismo) e a média prazo a instauração de uma nova ditadura reaccionária;

Outra: — o povo português tem força bastante para cortar o passo à reacção; as forças da democracia e da independência nacional estão em condições de assegurar a defesa e o prosseguimento do Portugal de Abril, as dificuldades serão superadas, a reacção será derrotada.

Em que factos se baseiam estas duas conclusões fundamentais do Comité Central?

Eles estão à vista. Cada português, cada trabalhador, cada patriota deve debruçar-se sobre eles e deles tirar as suas próprias conclusões. Sem nenhuma dúvida umas e outras coincidirão.

Os perigos de uma nova ditadura reaccionária são reais.

O programa, a orientação, a prática política, os métodos do Governo Mota Pinto/PSD constituem só por si um grave atentado e uma séria ameaça para o regime democrático. «Os objectivos políticos do governo Mota Pinto — diz-se no documento do Comité Central — não são resolver os gravíssimos problemas nacionais, como se impõe, mas intensificar a ofensiva inconstitucional, ilegal e arbitrária contra os trabalhadores e as camadas laborais e contra as transformações democráticas alcançadas após o 25 de Abril e consagradas na Constituição».

Dois acontecimentos da última semana dão a esta ofensiva contornos mais precisos: um, o chamado «I Congresso das Actividades Económicas»; outro, a reunião do Conselho Nacional do PPD/PSD em Viseu.

O conteúdo social e político da operação global da reacção, na qual o Governo Mota Pinto se insere, aí está na ofensiva generalizada e conjugada das forças reaccionárias contra o 25 de Abril e as suas conquistas democráticas.

«Corporações» do grande capital, o «seu» governo, o «seu» partido político, realizaram na Gulbenkian, nos salões do Sheraton e em Viseu uma girândola do seu «fogo de vista», dos seus ataques odiosos contra o 25 de Abril e a democracia portuguesa. A extrema-direita arrota e embandeja em arco mas a sua força é aparente e precária.

O chamado «I Congresso das Actividades Económicas», realizado na Gulbenkian pelas CIP, CAP e CCP, sob o alto patrocínio do Governo de Mota Pinto,

foi de facto uma autêntica parada da fina flor da extrema-direita e de múmulas do passado, de novos e velhos conhecidos «gestores» e acionistas dos antigos monopólios e da banca, ideólogos, economistas e tecnocratas do antigo regime; latifundiários a quem a Reforma Agrária tirou vastas terras que tinham condenado à incultura e foram trazidas à produção pelo esforço e o sacrifício de milhares de trabalhadores, de pequenos agricultores e seareiros. Gente que tresandava ao 24 de Abril fez parada na Gulbenkian. O «Congresso» foi uma jornada reaccionária contra as instituições democráticas do país, contra a Constituição.

Lá estavam Sá Carneiro e Barreto; Amaro da Costa e Medeiros Ferreira, Galvão de Melo e Carlos de Macedo ao lado do Rogério Martins, um homem da antiga CUF e secretário de Estado da Indústria do governo de Marcelo Caetano, Xavier Pintado, antigo secretário de Estado do Comércio de Salazar e Caetano, homem do grupo «Português do Atlântico», de Luís Barbosa, outro conhecido «gestor» de grandes empresas depois nacionalizadas. E outros. Naturalmente à mistura com os Casqueiro, Quelroga e demais cavalheiros da CAP, e, naturalmente, com os ministros do Governo Mota Pinto.

Para tais senhores a tarefa «económica» principal do país não é a elevação do nível de vida do povo português, a recuperação económica numa base de independência, mas a restauração do poder dos monopólios e dos latifundiários, integração na CEE, a submissão crescente às exigências do FMI, a subordinação da economia nacional aos interesses e objectivos dos monopólios e do imperialismo, que eles serviram no passado e continuam a servir no presente.

Todos eles centraram os seus ataques contra o regime democrático e contra a lei fundamental do país, o documento básico das nossas instituições democráticas — a Constituição da República.

A ofensiva contra a Constituição, a revisão anticonstitucional da Constituição, é tratada neste chamado «I Congresso das Actividades Económicas» e na reunião do Conselho Nacional do PSD de Viseu como uma questão adquirida.

Vasco de Melo, presidente da CIP, escaloa o ataque à Constituição em três etapas. Na primeira remover-se-iam «os principais impedimentos»... «alguns aspectos da legislação laboral, nomeadamente a lei da greve, a lei dita dos despedimentos e a lei que regula férias, feriados e faltas». Não se pode ser mais claro...

«A médio prazo... a lei de delimitação dos sectores público e privado e, ligado a isso, a lei das indemnizações. Depois então, toda a estrutura constitucional no que se refere ao enquadramento das actividades económicas em Portugal» (leia-se a destruição das nacionalizações e da reforma agrária, a abolição do controlo operário, a supressão dos direitos e liberdades dos trabalhadores).

É, contudo, o principal partido da extrema-direita — o PPD/PSD — na reunião do seu Conselho Nacional, em Viseu, que precisa as linhas de força dos seus projectos de revisão anticonstitucional da Constituição.

O «bloco social reformador» de Sá Carneiro passa, nas ambições do chefe do PPD, pela revisão da Constituição. Eliminar da Constituição «os preceitos

colectivistas e totalitários» é, na linguagem golpista de Sá Carneiro, apagar da lei fundamental o «articulado sobre a transição para o socialismo». Na sua fúria revisora e anticonstitucional da Constituição, Sá Carneiro — que se sabe ter na mira um outro candidato à Presidência da República que não o general Ramalho Eanes — preconiza uma revisão dos poderes do Presidente que aponta claramente ao poder pessoal, fundamento da fórmula ditatorial que se sabe ser a da extrema-direita.

A liquidação do Conselho da Revolução como forma de repor um poder militar efectivo de características reaccionárias, sonhada na «revisão» de Sá Carneiro, seria essencial para os seus objectivos reaccionários.

A liquidação das nacionalizações sob a forma de reforço da iniciativa privada e as «alterações de fundo» nas disposições sobre a Reforma Agrária é outro dos sonhos da direita Sá carneirista.

No que classifica de «redefinição da política externa», virada para a integração na CEE e a submissão à OTAN, Sá Carneiro admite a possibilidade de contactos partidários com «os partidos totalitários» de Angola e Moçambique. Entretanto, gente sua como os Roseta, Natália Correia, José Manuel Júdice e António Maria Perreira, juntamente com o ultra do CDS Lucas Pires avistam-se algures em África com o localo do imperialismo e inimigo do povo de Angola, Jonas Savimbi, chefe do bando da UNITA, num gesto claramente conspiratório contra a independência do povo angolano e saboteador da normalização das relações de Portugal com Angola.

Na linha desta «redefinição» da política externa portuguesa enquadra-se certamente a actuação do Governo Mota Pinto/PSD que inaugura a intervenção de Portugal no Conselho de Segurança como infeliz apêndice da política de provocação sino-americana contra o heróico e martirizado povo do Vietnam, a propósito da derrota do regime reaccionário de Pol-Pot pelo movimento popular do Kampuchea, sob a direcção da FUNSK.

A extrema-direita está impaciente na sua ofensiva contra a Constituição e o regime democrático. Nesta febre anticonstitucional, participam dirigentes da ala direita do PS como Jaime Gama, que assume um papel crescente na direcção política do partido de uma forma que não pode deixar de alarmar os trabalhadores e democratas socialistas que apolam e apolam a Constituição da República. É um perigo precedente que seria fatal para o PS se neste período as forças constitucionalistas cedessem o passo aos elementos conservadores que o arrastam para um terreno anticonstitucional.

Entretanto o artigo 290.º da Constituição é claro: nenhuma modificação de substância, das previstas no limite de qualquer revisão constitucional, pode ser efectuada.

A extrema-direita sonha levá-la a cabo por meios anticonstitucionais e golpistas mas carece de força efectiva para levar avante o seu projecto antidemocrático.

A direita será derrotada, a Constituição será defendida. A reacção assenta as suas ambições numa força que não tem.

«O povo português está em condições e tem força bastante para cortar-lhe o passo» — diz-se no documento do Comité Central.

No ano de 78 o movimento operário, democrático e popular reforçou-se, ganhou maior coesão, alargou-se a classes e camadas que antes eram pasto do caciquismo e das manipulações da direita. Ao mesmo tempo acentuam-se as divisões no seio das forças reaccionárias, os entendimentos momentâneos são rotos a cada passo pela força das contradições e das ambições pessoais hegemónicas dos inúmeros aspirantes a ditadores.

No movimento sindical, os divisionistas da UGT, claramente manejados pelas mesmas forças que no Governo defendem os interesses do alto patronato, desmascaram-se cada vez mais como lacaios do grande capital e do imperialismo, acumulam derrotas que uma propaganda paga a peso de ouro pelas centrais da divisão do movimento operário internacional não consegue disfarçar.

Nos órgãos de poder local em volta do PCP e da APU aglutinam-se de maneira crescente as populações de cidades, vilas e aldeias a cujos agudos problemas os partidos reaccionários se mostram impotentes para responder.

Na zona de Intervenção da Reforma Agrária cada palmo de terra das UCPs ilegalmente roubado ao património colectivo é defendido com crescente determinação. A jornada de solidariedade à Reforma Agrária marcada para o próximo dia 24 será sem dúvida uma poderosa manifestação contra a ofensiva dos grandes latifundiários do MAP/CAP nos campos do Alentejo e do Ribatejo.

A consciência progressista de milhares de cidadãos levanta-se contra os atentados fascistas do ministro Proença de Carvalho no domínio da comunicação social, contra as suas tentativas de suprimir a liberdade de expressão consagrada na Constituição e impor a defesa dos interesses reaccionários.

O PS com as suas cedências indignas à direita está alijando de si milhares de trabalhadores socialistas que em vão têm esperado do seu partido uma atitude viril de defesa das liberdades e do espírito do 25 de Abril.

A política de submissão aos objectivos belicistas da OTAN e aos interesses imperialistas está agrupando numa vasta frente milhões de patriotas que defendem uma política externa virada para a defesa e consolidação da paz e da independência nacional.

O documento do PCP aponta uma política realista que vai ao encontro dos sentimentos democráticos e patrióticos da imensa maioria do povo português.

Nessa direcção os comunistas se esforçarão cada vez mais para responder às exigências de uma solução correcta dos problemas nacionais, nela inserirão toda a sua iniciativa política e a sua capacidade de resposta aos anseios fundamentais do povo.

Como é dito pelo Comité Central:

O PCP desmascarará e combaterá as actuações e posições anticonstitucionais e ilegais mesmo que partindo do próprio governo. O PCP não é partido que aceite submeter-se a ameaças, chantagem e tentativas de intimidação. O PCP respeita e reclama que todos (a começar pelo governo) respeitem a ordem democrática. O PCP reclama que sejam respeitados e cumpridos os preceitos constitucionais e levada à prática a lei que proíbe a actividade e a propaganda de organizações fascistas.

O CC reafirma que o PCP actua e actuará rigorosamente no quadro das instituições democráticas. Não excede nem excederá as liberdades e direitos que a Constituição confere aos partidos e aos cidadãos. Mas tão pouco renunciará no mínimo ao seu exercício.

Saudação do Comité Central do PCP à Frente de União Nacional do Kampuchea

O Comité Central do PCP enviou ao Comité Central da Frente de União Nacional do Kampuchea para a Salvação Nacional a seguinte saudação:

O Comité Central do Partido Comunista Português, certo de exprimir os sentimentos de alegria e satisfação dos comunistas e dos trabalhadores portugueses, saúda fraternalmente o Comité Central da Frente de União Nacional do Kampuchea para a Salvação Nacional, todos os patriotas e o povo kampucheano pela sua histórica

vitória de 7 de Janeiro e a proclamação da República Popular do Kampuchea.

Desejamos à Frente de União Nacional do Kampuchea para a Salvação Nacional os maiores êxitos na sua luta para liquidar as consequências da ditadura derrubada, para restaurar a economia e edificar uma nova sociedade que corresponda aos legítimos anseios do povo kampucheano, pela defesa da independência, soberania e integridade territorial da sua pátria, por uma política de paz e amizade com todos os povos.

A ofensiva do governo Mota Pinto /PPD contra os órgãos de comunicação

1. Está em curso, pela mão do Governo Mota Pinto/PPD, uma violenta ofensiva contra os órgãos de comunicação social do Estado. A actuação do Governo Mota Pinto/PPD e do Ministro da Comunicação Social, Proença de Carvalho, tem-se caracterizado neste domínio por sucessivas e inadmissíveis ingerências e pressões, nomeadamente na RDP e RTP, em tempo e muito justamente condenadas pelos respectivos Conselhos de Informação; por decisões injustificadas e arbitrarias tendentes a criar dificuldades inultrapassáveis à imprensa de feição democrática, como foi o caso da desintervenção do «Diário de Lisboa», igualmente condenada pelo respectivo Conselho de Informação; pelo autêntico assalto aos postos de decisão de órgãos de comunicação do Estado, como é o caso da nomeação de uma nova Comissão Administrativa para a RDP-EP e da alteração do Estatuto da empresa; pelas pressões e chantagens no sentido de se procederem a saneamentos com carácter político, como foi o caso, segundo tudo indica, do afastamento do Director de Programas da RDP.

2. A exoneração do Director de Programas da RDP, Igrejas Caetano, pelos motivos invocados, constitui uma prepotência que muito mal disfarça o seu carácter político. Tomada por uma Comissão Administrativa, ela própria também já com as horas contadas, a decisão destinou-se, de forma evidente, a facilitar o trabalho da nova Comissão Administrativa nomeada pelo Governo Mota Pinto/PPD, deixando-lhe em aberto um lugar decisivo para o controlo do conteúdo da programação da RDP.

A nomeação de uma nova Comissão Administrativa de inteira confiança do Governo Mota Pinto/PPD e a alteração dos Estatutos da RDP-EP, decididas pelo Governo no último Conselho de Ministros,

completam a jogada que visa o total domínio e manipulação de um dos mais importantes órgãos de informação e formação.

O PCP, manifestando embora a sua solidariedade para com o ex-Director de Programas da RDP, o deputado socialista Igrejas Caetano, vítima de um saneamento político por parte da direita, não pode deixar de recordar as responsabilidades que cabem ao PS na ofensiva contra a independência dos órgãos de comunicação do Estado e mesmo na perseguição por parte do Governo a elementos do próprio PS. Deixando passar na Assembleia da República o Governo Mota Pinto/PPD com apoio do CDS, o PS abriu as portas do poder à intolerância, ao autoritarismo, à perseguição política e à discriminação ideológica, à manipulação da informação que são práticas e marcas históricas da direita.

3. Procurando justificar a sua ofensiva contra a inde-

pendência dos órgãos de comunicação social do Estado, não se tem cansado o Governo Mota Pinto/PPD, e em particular o ministro Proença de Carvalho, de referir os elevados gastos do Estado com os órgãos de comunicação social estatizada.

O PCP denuncia o carácter demagógico de tais afirmações. Sendo certo que são elevados tais gastos, não é menos certo que não é isso que preocupa o Governo Mota Pinto/PPD. Na verdade, ao mesmo tempo que procura controlar a informação estatizada através da asfixia financeira, enquanto prepara medidas de austeridade para o sector que por certo irão traduzir-se por despedimentos, o Governo Mota Pinto/PPD está já a subsidiar a imprensa privada reaccionária com verbas do erário público. Só o semanário reaccionário «Tempo», vai receber um primeiro subsídio de mais de 2400 contos.

4. O que na verdade preocupa o Governo Mota Pinto/PPD é que os órgãos de comunicação social do Estado, tal como manda a Constituição da República e as leis, mantenham a sua independência perante o Governo e a Administração Pública, assegurem a possibilidade de expressão e confronto das diversas correntes de opinião, sigam uma orientação que respeite o pluralismo, pratiquem uma informação rigorosa e objectiva e não dêem acesso a elementos de apologia e propaganda da ideologia fascista. O que preocupa o Governo Mota Pinto/PPD é a possibilidade de os órgãos de comunicação social do Estado serem algo mais que simples porta-vozes do Governo e defensores em exclusivo dos interesses das forças sociais e políticas que o Governo Mota Pinto/PPD com apoio do CDS representa e defende.

Bem diversas são as preocupações das forças democráticas, as quais se prendem com o respeito e cumprimento das normas que a Constituição e as leis estabelecem para a satisfação do direito à informação.

Denunciando os intentos e processos do Governo Mota Pinto/PPD no campo da comunicação social, o PCP alerta os trabalhadores e as forças democráticas para a necessidade urgente de se unirem esforços no sentido de cortar o passo à direita e defender do assalto da direita a independência dos órgãos de comunicação social do Estado, parte integrante das liberdades de expressão, de informação e de imprensa conquistadas pelo 25 de Abril e consagradas na Constituição.

O PCP exige direito de resposta a Proença de Carvalho

1. Em carta entregue no passado sábado, a SIP do PCP reclamou da Comissão Administrativa da RTP que lhe fosse assegurado o direito de resposta às numerosas acusações e calúnias que lhe foram dirigidas pelo ministro da Comunicação Social no discurso proferido na tomada de posse da Comissão Administrativa da RTP.

2. Sublinhando que «com a transmissão integral pela RTP do referido discurso largos sectores da opinião pública nacional assistiram à divulgação de violentas críticas a posições do PCP — posições a que, no entanto, nunca tiveram acesso através

Lisboa, 14 de Janeiro de 1979.

A Secção de Informação e Propaganda do Partido Comunista Português

Avante!

O jornal dos trabalhadores da democracia e do socialismo

PROPRIEDADE: Partido Comunista Português, Rua Soares Pereira Gomes, Lisboa-4, Tel. 769345.

ADMINISTRAÇÃO: Editorial Avante, SARL, Av. Santos Dumont, 57-C, Lisboa-1, Tel. 769744/769751.

DIRECÇÃO E REDACÇÃO: Rua Soares Pereira Gomes - Lisboa-4, Tel. 769725/769722.

DISTRIBUIÇÃO: CDL, Central Distribuidora Litoral, SARL, Central, Rua Pedro Nunes, 9-A, Lisboa-1, Tel. 769744/769751.

Centro Distribuidor do Norte: R. Miguel Bombarda, 578 - Porto, Tel. 28938.

Casa de Venda: R. do Almada, 18-2, Esq. - Porto, Tel. 310441.

Centro Distribuidor do Centro: Torreiro da Erva, 6 - Coimbra, Tel. 26394.

Centro Distribuidor de Santarém: R. Pedro de Santarém, 41 - Santarém, Tel. 24594.

Centro Distribuidor de Setúbal: Rua de Angola, 29-A - Setúbal, Tel. 29493.

Centro Distribuidor do Alentejo: Alarcova de Baixo, 13 - Évora, Tel. 26351.

Centro Distribuidor do Algarve: Rua 1.º de Dezembro, 23 - Faro, Tel. 24417.

ASSINATURAS: CDL, Departamento de Venda Directa, Av. Santos Dumont, 50 - Lisboa-1, Tel. 763701.

PUBLICIDADE: Lisboa: R. Pedro Nunes, 9-A - Lisboa-1, Tel. 41787. Composto e impresso na Hesta Portuguesa - R. Elias Garcia, 27 - Venda Nova - Amadora.

Tiragem média do mês de Dezembro: 76 500



Abrir para fora do Partido o trabalho preparatório!

— exigência saída da reunião da Comissão Nacional Organizadora do Encontro sobre desporto

A urgente necessidade de alargar para fora do Partido o debate em torno dos temas e problemas abrangidos pelo Encontro e de fazer um sério esforço para que os trabalhos preparatórios possam efectivamente contar com a participação activa dos mais importantes sectores de actividade do Partido e das camadas profissionais mais ou menos directamente ligadas com este temas, foram algumas das direcções de trabalho saídas da 3.ª Reunião da Comissão Organizadora Nacional do Encontro sobre Cultura Física e Desporto, realizada no passado sábado no CT da Rua Soeiro Perreira Gomes.

A reunião estiveram presentes delegações de todas as Direcções de Organização Regional do Continente e ainda da UJC, da UEC e dos Pioneiros, num total de meia centena de camaradas, incluindo os membros da Comissão Executiva, que ocuparam a mesa, presidida pelo camarada Jorge Araújo, membro do Secretariado do CC do PCP.

Situação desigual

Grande parte dos trabalhos foi preenchida com uma ampla informação das organizações regionais acerca do curso da preparação do Encontro, ressaltando a desigualdade dos resultados até agora alcançados. Na DORN e na DORLE os trabalhos estão bastante atrasados. Na DORSA, além de uma comissão distrital, existem comissões dinamizadoras em todos os vint e um concelhos, excepto Rio Maior, Cartaxo, e Constância, várias iniciativas concretas realizadas e um interesse muito grande pelo Encontro em várias localidades. Na região da DORB a situação é diversificada. Enquanto em Aveiro se têm realizado reuniões e já há contribuições escritas, em Coimbra e na Guarda reuniões realizadas não tiveram a sequência devida.

Entretanto, promover-se nos cinco distritos da DORB um levantamento de quadros e clubes e grupos desportivos, cujos resultados, segundo os próprios camaradas, mostram as grandes potencialidades desta frente de trabalho.

Na DORS, apenas três dos dez concelhos têm formadas comissões dinamizadoras (Barreiro, Seixal e Almada), existindo relatórios elaborados na base de um levantamento das actividades dos clubes e grupos desportivos. Há a registar alguns documentos feitos pelas células

e algumas iniciativas de dinamização, nomeadamente no Seixal. Na DORA, para além de um executivo central, estão formadas comissões dinamizadoras em Portalegre, Évora e Beja, já há contribuições escritas e, em Évora, existem comissões de trabalho em diversos sectores. Na DORAL, estão constituídas comissões em Lagos e Faro, sendo nesta última cidade que os trabalhos estão mais avançados, nomeadamente devido à iniciativa da juventude.

É no âmbito da DORL que a preparação do Encontro decorre com maior dinamismo, ainda que, também aqui a participação dos diversos sectores seja pouco equilibrada. Além da comissão distrital, constituída por representantes de cada concelho e dos sectores profissionais, estão formadas comissões nos diversos concelhos e nos principais sectores, ainda que algumas com muito pouco trabalho desenvolvido. Assinala-se uma apreciável participação através de documentos escritos, se bem que aquém do desejável, ao mesmo tempo que as iniciativas concretas, na generalidade dos casos, sejam ainda muito poucas. No decorrer da reunião, camaradas do Sector Intelectual, Bancários, 1.ª e 2.ª Zonas, Amadora, Loures, Sector Público e Transportes deram uma informação acerca do andamento dos trabalhos nos respectivos sectores.

Também no que se refere à UJC e à UEC, segundo revelaram os camaradas na reunião, a preparação do Encontro decorre de maneira desigual. Em algumas localidades, de uma maneira ou outra, o trabalho vai avançando, através da constituição de comissões dinamizadoras ou da realização de iniciativas, concretas de promoção do Encontro, como é o caso de Oeiras, Lisboa, Cascais, Coimbra, Seixal,

Santarém, Leiria, Faro, Évora e Porto.

Uma iniciativa por cada grande sector e organização do Partido!

Do balanço feito sobre o ponto da situação resultou a ideia de que muito há ainda a fazer que os trabalhos preparatórios do Encontro correspondam às exigências de uma iniciativa desta envergadura, nomeadamente no que se refere à abertura para fora do Partido das discussões e debates sobre temas, como é o caso da cultura física e do desporto, que interessam a centenas de milhares de portugueses.

Acentuou-se que o Encontro e as repercussões das suas conclusões e propostas serão tanto mais profundas quanto mais aberto for o trabalho preparatório e mais numerosas forem as contribuições exteriores aos membros das organizações do Partido. Foi neste sentido que se considerou urgente, por um lado, intensificar, aos mais diversos níveis, formas de colaboração unitária com democratas que possam ser motivados e interessados na iniciativa e, por outro, promover decididamente um crescente número de iniciativas abertas (colóquios, debates, projecções de filmes e diapositivos, tomos, etc.) que favoreçam desde já a projecção e impacto do Encontro junto da opinião pública.

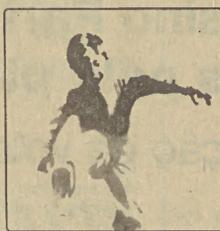
As semanas que se vão seguir serão decisivas para o êxito da iniciativa. Os camaradas das organizações representadas deram conta de diversas iniciativas programadas para os próximos tempos, como é o caso, nomeadamente, de Setúbal, Alentejo, Algarve e Lisboa (onde o tombo de xadrez, já divulgado pelo «Avante!», está a conseguir uma notável adesão).

Na DORS, por exemplo, os camaradas têm previstas cerca de meia centena de iniciativas diversas, encerrando-se os trabalhos preparatórios do Encontro no dia 25 de Fevereiro, com um dia preenchido com provas desportivas e canto livre.

No decorrer da reunião foi lançada uma palavra de ordem que, a ser cumprida, poderá constituir um poderoso factor de mobilização e promoção do Encontro: **Por cada grande sector e organização do Partido, vamos realizar uma grande iniciativa.**

O trabalho necessário

No próximo dia 23 estará pronto e começará a ser distribuído às



organizações o documento global já anunciado, que conterá as principais teses a serem sujeitas à apreciação dos participantes no Encontro. Até 23 de Fevereiro, decorrerá o período de debate por todas as organizações do Partido e por todos os democratas interessados nos problemas da cultura física e do desporto, realizando-se, entretanto, a 10 de Fevereiro, nova reunião da Comissão Organizadora Nacional, a fim de ultimar todos os preparativos.

Além, já na reunião de sábado, a comissão executiva apresentou uma proposta acerca da estrutura dos trabalhos do Encontro de 3 e 4 de Março, englobando os horários, os temas das secções e do plenário, assim como a distribuição das intervenções pelas diversas organizações regionais. Trata-se de um ponto a ser estabelecido definitivamente na reunião nacional do dia 10.

Um tema também focado na reunião foi a propaganda, tendo-se insistido na necessidade da sua descentralização, de modo a tocar mais de perto as regiões e sectores profissionais a interessar pelo Encontro. Entretanto, foi lançado já, a nível central, um autocollante e prevê-se a distribuição de um novo folheto de divulgação do Encontro.

É necessário continuar e alargar o debate dos documentos já em poder das organizações! É necessário fazer o mesmo, a partir do dia 23, com o documento global, enviando rapidamente à comissão executiva todas as emendas e outras contribuições essenciais! É necessário promover muitas mais iniciativas de promoção e propaganda! É necessário fazer do Encontro uma grande jornada que mais uma vez comprove a indispensabilidade da contribuição do PCP, juntamente com todos os democratas e patriotas, para a resolução dos graves problemas nacionais!

Reunião de Secretariados de Células na Amadora Dinamizar e reforçar a todos os níveis a organização do Partido nas empresas — uma tarefa fundamental e urgente

A necessidade de promover a todos os níveis o reforço e alargamento do Partido, designadamente através de novas formas de acção ou através do desenvolvimento do trabalho já delineado, na base da actividade das células comunistas nas empresas da zona da Amadora — concelho com numerosas fábricas e empresas onde estão empregados milhares de trabalhadores —, foi uma das notas mais salientes de uma importante reunião que decorreu recentemente na Sociedade Filarmónica de Recreio Artístico da Amadora, com a participação de camaradas do Organismo de Direcção da Organização local do Partido, dos Secretariados de Célula e da UJC, além de militantes ainda não organizados em células. Também esteve presente o camarada Blanqui Teixeira, membro da Comissão Política do CC do Partido, que fez a intervenção de encerramento, apresentando, em traços gerais, as conclusões da reunião.

A abertura dos trabalhos esteve a cargo do camarada José Casanova, do CC e da DORL do PCP, que em breves palavras traçou a situação actual da organização do Partido ao nível das células de empresa na Amadora, tendo salientado, nomeadamente,

o facto de existirem na zona mais de 70 empresas, na maioria das quais há organização do Partido.

A força política mais implantada nestas empresas, sem qualquer dúvida, o PCP, cuja massa de simpatizantes chega a atingir em muitas das empresas 80 por cento e mais.

O papel dirigente e mobilizador dos comunistas

No cumprimento da ordem de trabalhos da reunião, na qual participou também o camarada António Brito, do CC, um dos representantes do Organismo de Direcção da Organização da Amadora sublinhou o papel dirigente e mobilizador dos comunistas nas lutas dos trabalhadores pela conquista e defesa dos seus justos direitos e regalias. Em relação às deficiências manifestadas pelas células, referiu a necessidade urgente de descentralizar a sua acção, tendo salientado, a propósito, que a melhor forma de se mobilizar na prática os camaradas que por qualquer motivo andam desligados da actividade das células é dar-lhes tarefas e responsabilizá-los por elas.

Experiências concretas

A reunião prosseguiu com o relato de experiências concretas das células nas grandes, médias e pequenas empresas. Entre outras, foram referidas pelos camaradas dos respectivos Secretariados as dificuldades, os êxitos e as perspectivas das células da Sorefame, Cometa, Cel-Cat, Cabos Ávia, Solanco, Pereira e Brito, Fiat, Bertrand, Titan, Bis, Edifier, Damalta (cooperativa) e Cassel.

Conclusões

As conclusões a que chegou a reunião, que tinha na mesa, além dos membros já referidos do CC, os camaradas Andréz, Licínio, Laura, Mota, Paulo e Teixeira, todos do Organismo de Direcção da Organização da Amadora, evidenciaram, entre outros aspectos (como a importância do reforço da ligação das células de empresa ao trabalho do Partido nas autarquias e bairros), que é possível constituir células comunistas nas empresas onde ainda não existem, sendo para isso extremamente necessário o esforço dos camaradas, designadamente no que toca ao trabalho de consciencialização.

A reunião sublinhou também, tal como referiu o camarada Blanqui Teixeira, que o Partido goza, na verdade, de uma grande simpatia nas empresas da zona, especialmente entre os operários, e desempenha um papel fundamental nas lutas e na direcção dos organismos representativos dos trabalhadores. No entanto, o trabalho das células tem de ser melhorado em todos os níveis: é necessário mobilizar todos os camaradas pertencentes às células, dar-lhes tarefas, reorganizar a sua actividade, proceder a recrutamentos, com especial incidência entre a massa de simpatizantes; é necessário intensificar as diversas formas de propaganda e divulgação das opiniões do Partido; é necessário reforçar a venda do «Avante!» e de «O Militante» e dos outros órgãos do Partido, desenvolver todos os esforços para a fixação regular de jornais de parede e publicação de folhas de comunicados e boletins informativos. No âmbito do trabalho de propaganda foi também salientada a necessidade de se adaptar esta actividade às condições específicas de cada empresa, de se criarem e desenvolverem novos estilos de trabalho de acordo com essas condições.

UEC: sete anos de luta

A União dos Estudantes Comunistas (UEC) comemora no próximo domingo, dia 21, o 7.º aniversário da sua fundação. Herdeira das gloriosas tradições de luta e acção das organizações estudantis do PCP, a UEC foi, com efeito, constituída em 1972, nas difíceis condições da clandestinidade. Agindo com firmeza, mobilizando e organizando os estudantes comunistas e muitos outros estudantes progressistas, dinamizando a actividade do movimento estudantil contra o fascismo e a repressão que se abatia também no sector de Ensino, a UEC afirmou-se ao longo do tempo como uma força combativa, unida e organizada no seio da massa estudantil, uma força de vanguarda, uma organização coerente, aberta ao diálogo, à cooperação e à unidade de todos os estudantes democratas na luta pela conquista e defesa dos seus justos direitos.

Com o 25 de Abril, a UEC, para além de prosseguir a luta pelos interesses, direitos e aspirações específicas da juventude estudantil, incorporou-se desde logo na intensa frente nacional e democrática em defesa das conquistas fundamentais da Revolução consagrada na Constituição da República.

Realizado em Janeiro de 1978, portanto no 6.º aniversário da sua fundação, o 1.º Congresso da UEC marcou uma etapa decisiva no trabalho da organização, ao fazer o balanço da actividade e ao apontar as grandes linhas de acção futura.

Um dos documentos centrais aprovados no Congresso — que reuniu em Lisboa milhares de delegados e convidados oriundos de todas as regiões do país

1.º Encontro de militantes do Secundário de Lisboa

Realiza-se no próximo domingo, a partir das 9 e 30, na Faculdade de Letras, o 1.º Encontro da Organização da UEC do Ensino Secundário de Lisboa, que culmina mais de dois meses de preparação intensiva, tendo como objectivo «Construir uma UEC mais forte, Transformar a Escola e a Vida», que é, aliás, o lema do Encontro.

A jornada fará o balanço da actividade desenvolvida pela organização, designadamente no primeiro período escolar, e apontará as perspectivas de trabalho para os próximos meses, quer a nível do Movimento Estudantil, quer a nível da intervenção política da UEC no geral. Um convívio-feria, com início às 19 horas,

assinalará o encerramento do Encontro.

UEC de Coimbra pela unidade

A organização da UEC do Ensino Superior de Coimbra reuniu há dias em assembleia, com a presença do camarada José Bernardino, do CC do Partido, que, no final, fez uma intervenção sobre a situação política. Além de ter eleito os 29 elementos para a direcção da organização, a segunda assembleia dos militantes da UEC aprovou um importante projecto de unidade orientado para o reforço da cooperação e entendimento com outras forças democráticas. Em relação às próximas eleições para a direcção da Associação

Académica, foi apontada a necessidade — expressa no referido projecto — da formação de uma lista unitária e representativa, tendo em conta uma aliança prioritária com a Juventude Socialista (JS) e incluindo também a participação de outros sectores democráticos actuantes na Academia, quer sejam organizações políticas ou não. No primeiro caso, foi saliente o aspecto positivo de que se reverteu a participação da UEDS e de um largo número de estudantes independentes. Manter um estreito diálogo e uma actividade de cooperação com a reitoria da Universidade — foi outra das direcções de trabalho aprovada pelos estudantes comunistas da Academia de Coimbra.

Memória a Fernando Vicente a inaugurar em Torres Vedras

A inauguração da Memória a Fernando Vicente, construída por subscrição pública, tem lugar no próximo dia 21 do corrente, às 11.30 horas, no cemitério de São João, em Torres Vedras.

homenageado, de democratas e antifascistas que queiram assistir à cerimónia, faz-se na Avenida 5 de Outubro, em frente à antiga sede da Física.

Salão do Clube Artístico Comercial a Exposição Documental do Tarrafal, que se mantém aberta até ao próximo dia 23. As visitas guiadas podem efectuar-se dentro do horário normal. Para o público, a exposição está patente aos sábados e domingos, das 15 às 23 horas, nos restantes dias, das 18 às 23.

Estarão presentes durante a exposição alguns sobreviventes democráticos em defesa das conquistas fundamentais da Revolução consagrada na Constituição da República.

Actividades do Partido

● **Ferreira do Zêzere** — Promovida pela Organização Concelhia de Ferreira do Zêzere do PCP realizou-se no passado domingo, no salão dos Bombeiros, uma festa convívio que reuniu mais de uma centena de pessoas. Um almoço, Canto-Livre, Teatro, Música com a colaboração de amadores e ainda um baile, animaram a jornada fraternal entre comunistas e outros democratas. O camarada Carlos Pinhão, da Direcção da Organização Regional de Santarém e membro do Comité Central do Partido fez uma intervenção política.

curso se prevê, desta vez organizada em jornada de apoio à Reforma Agrária. No próximo dia 10 de Fevereiro, vai haver Festa na Sociedade Musical Odivelense, com projecção de filmes, canto livre e sessão de esclarecimento. Vai começar entretanto a rifar-se um cabaz da Páscoa, no valor de 2500 escudos.

● **Setúbal** — Com a presença de meia centena de camaradas realizou-se no Centro de Trabalho de Setúbal uma reunião do Sector de Serviços em cuja ordem de trabalhos se analisou a contribuição do sector para a Campanha dos 7500 contos. A meta atribuída ao sector é de 422 mil escudos. Entretanto as iniciativas já começaram a registar-se, por exemplo, o grande êxito que teve no CTT onde a folha para o dia de salário recolheu já a participação de 12 trabalhadores, dos quais apenas 3 são militantes. Os bancários editam células no valor de 20 escudos. Na Caxia de Previdência os comunistas alcançaram 72 contos, para uma meta de 48 e contam com o apoio de 40 amigos. Os comerciantes vão promover um convívio e sortear um emblema com a foice e o mar-

camaradas falaram a mais de 500 pessoas que os escutaram com grande atenção. Houve ainda uma intervenção de um camarada da Concelhia de Faro e outra por parte da UJC e UEC. No Domingo, em Tavira, realizou-se uma festa de apoio à Reforma Agrária. Para além da intervenção de António Ramos, das canções do grupo «Praxis» e dos poemas ditos por Rogélia, actuaram os Pioneiros de Vila Real de Santo António e o grupo «Vozes de Abril». Houve ainda uma exposição sobre as agressões praticadas contra os trabalhadores.

● **Odivelas** — A Campanha dos 1200 contos tem muitas mais iniciativas programadas. É o caso dos porta-a-porta que se prevêem para os dias 24 e 25 de Fevereiro e 3 e 4 de Março, com vista a angariar fundos junto de simpatizantes e amigos e de outros democratas. Uma excursão à Serra da Estrela, já para 10 de Março, também está em fase de preparação, contando-se com o apoio da organização do Partido na Covilhã; brevemente as condições serão conhecidas e as inscrições abrem no princípio de Fevereiro. Outra ex-

● **Barreiro** — Mais de 500 contos, mais de 30 por cento da meta a alcançar no Barreiro na campanha dos 1500 promovida pela respectiva Comissão Concelhia é o resultado apurado até 8 do corrente pela Comissão Pró-Centro de Trabalho. A frente, tendo já ultrapassado as respectivas metas, encontram-se a OP Local, com mais de 222 por cento, a Secção de Vendas, com 151 por cento e a Comissão Concelhia, com 127 por cento.

● **Algarve** — Comícios e festas, promovidos pelo Partido assinalaram no passado fim-de-semana o apoio da democracia algarvia à Reforma Agrária. No sábado à tarde, em Portimão, mais de 300 pessoas ouviram o camarada Vítor Louro, deputado comunista, e os membros do Secretariado das Unidades Colectivas António Ramos, Justo e Balancho Pestana, tendo surgido no final das intervenções muitas perguntas. Em Faro, os mesmos

● **Célula da Quimigal** — Começou a publicar-se, editado pela célula da Quimigal, Barreiro, uma Folha Informativa que se prevê ser de publicação regular. A folha, como vem expresso no seu primeiro número, destina-se a dar a conhecer melhor alguns dos principais aspectos da actividade dos comunistas. A Formação do IV Governo, o Recenseamento, o Trabalho Sindical, as eleições para o CGT/CUT e para os Corpos Gerentes do Grupo Desportivo da CUF são algumas das questões abordadas neste primeiro número.

Agenda

Dia 19, Sexta-feira
S. Palo de Oelros, às 21 e 30 horas comício no Pavilhão Gimnodesportivo, com o camarada Carlos Brito membro da Comissão Política do Comité Central.

Dia 20, Sábado
Guarda às 15 e 30 horas, sessão de esclarecimento, com o camarada Carlos Brito, membro da Comissão Política do Comité Central no Ginásio do Magistério Primário. Meda às 21 horas sessão de esclarecimento com a camarada Zita Seabra do Comité Central.

Dia 21, Domingo
Faro, convívio da UEC, durante todo o dia no Centro de Trabalho.
Marinhã Grande, às 15 horas reunião geral de militantes, com o camarada Joaquim Gomes no Teatro Stephens.

Dia 22, Segunda-feira
Entroncamento, às 21 horas comício no cinema S. João, com os camaradas Eugénio Pisco e Alda Nogueira do Comité Central.

Associação de Amizade Portugal-Cuba

Conselho Regional do Porto

Comemorações do XX Aniversário da Revolução Cubana

25 de Janeiro — 5.ª feira

Espectáculo com Carlos do Carmo

Cinema Trindade — 21.30h

Descontos para sócios (50 por cento) sindicalizados e estudantes (30 por cento)

Os bilhetes com desconto só podem adquirir-se na sede da Associação (Av. Boavista, 1015 - Porto) até 24 de Janeiro das 16 às 20h e das 21.30 às 23.30 horas

Campanha da UJC passa os 1500 contos!

A Campanha Nacional de Fundos da UJC já ultrapassou os 1 500 contos! O último controlo quinzenal — o sétimo — registou 1 526 060\$00, tendo as organizações regionais da UJC alcançado as seguintes percentagens: Norte — 110 por cento; Belas — 132 por cento; Oeste e Ribatejo — 107 por cento; Lisboa — 127 por cento; Setúbal — 88 por cento; Alentejo — 103 por cento; Algarve — 112 por cento; e Ilhas — 160 por cento.

Entusiasmo ao longo de 100 dias de Campanha

Foi em 1 de Outubro de 1978 que a Campanha de Fundos teve o seu início. Foi também a mais ambiciosa e entusiástica Campanha em que os jovens trabalhadores comunistas se empenharam. Mais de 200 iniciativas marcaram ao longo de três meses e meio de intensa actividade a vida de todas as organizações da UJC, mobilizando a determinação e o entusiasmo de largas centenas de militantes e simpatizantes da UJC. Com o objectivo de divulgar a Campanha e recolher fundos, realizaram-se as mais variadas iniciativas, desde encontros, sessões culturais, bailes populares, jornadas recreativas, até espectáculos teatrais, sessões de Canto Livre, tomos desportivos, excursões, sorteios, etc., etc.

O reforço da organização

A Campanha é, pois, um grande êxito da UJC. É isto porque a juventude trabalhadora aderiu à iniciativa. Compreendeu a sua necessidade e os seus objectivos. Apesar das duras condições de vida que afectam em particular a juventude — entre a massa de desempregados contam-se mais de 100 mil jovens —, dezenas de milhar de rapazes e raparigas de todo o país deram o seu contributo à Campanha, proporcionando assim o rápido alcance dos 1 500 contos.

O apelo da Comissão Central da UJC — «dá mais força à juventude, apoia a UJC» — atingiu o seu objectivo. Desta Campanha Nacional de Fundos sai a organização bastante reforçada e ainda mais

futuro melhor e mais feliz, por um Portugal livre, democrático e independente. Viva a Campanha dos 1500 contos! Viva a juventude trabalhadora! Viva a UJC!

A Campanha ainda não acabou

É verdade! A Campanha ainda não acabou. Apesar de já terem sido ultrapassados os 1 500 contos, vai continuar porque ainda há dinheiro a contabilizar e porque ainda estão marcadas muitas iniciativas até ao fim deste mês. Uma destas é a que se vai realizar no próximo dia 26 na sede da UJC em Aveiro: trata-se da «ceia de encerramento da Campanha». Não faltes!

Semana

10

Quarta-feira

A paralisação dos trabalhadores químicos regista 80 por cento de adesões em todo o país. Por seu turno a paralisação dos Telefones de Lisboa e Porto atinge uma percentagem superior — 90%. Ambas as greves se prendem com a defesa do direito dos trabalhadores à contratação colectiva. ■ A Comissão de Trabalhadores da Indústria de Cervejas apresenta uma moção à Comissão Administrativa daquela empresa na qual protesta «energicamente contra a exoneração de Igrejas Caeiro do cargo de director de serviços de programas». Também o Secretariado Nacional do PS protesta contra esta medida. ■ São conhecidos os resultados das eleições para a Comissão de Trabalhadores do Arsenal de Alfeite. A lista unitária de esquerda vence o escrutínio com 75,9 por cento dos votos. Votaram 77,3 por cento dos trabalhadores. ■ É revelada que o chefe da Casa Civil da Presidência da República, Henrique Granadeiro, foi nomeado representante permanente de Portugal junto da OCDE. O Presidente da República decidiu manter vago o cargo na respectiva Casa Civil.

11

Quinta-feira

Com os votos favoráveis dos comunistas, socialistas, o deputado da UDP e independentes a Assembleia da República aprova um voto de protesto pelo facto de o IV Governo ter considerado ilegítima a intervenção das Comissões de Trabalhadores na Função Pública. ■ Os representantes do Sindicato dos Ajudantes de Farmácia do Sul e Ilhas denunciam a redução ilegal do serviço de fumos, a especulação que se verifica nos preços dos medicamentos e a estrutura das entidades governamentais à entidade patronal. ■ Protestando contra a repressão na empresa e exigindo o pagamento dos salários em atraso entram em greve os 40 trabalhadores da empresa de mobilidade «Manuel Ferreira da Silva», de Vila, Paredes. ■ Com a presença do ministro da Indústria, Álvaro Barreto, realiza-se no anfiteatro da Fundação Gulbenkian, a sessão inaugural do 1.º Congresso das Actividades Económicas, promovido pela CIP, CAP e CCP. Entre os convidados podiam-se ver Sá Carneiro, Amaro da Costa, Nobre da Costa, Galvão de Melo e Carlos Robalo. ■ É anunciada a dissolução da Frente Socialista Popular (FSP) que resultara de uma cisão no PS. ■ Por decisão unânime da Assembleia da República é aprovada a passagem da vila de Torres Vedras a cidade. Na mesma sessão é ratificado o Acordo Geral de Cooperação entre a República Portuguesa e a República Popular de Angola.

1848 — Nesta data é utilizado pela primeira vez, em Portugal, o clorofórmio como produto anestésico. A iniciativa coube ao dr. Bernardino António Gomes, lente da Escola Médico-Cirúrgica de Lisboa.

12

Sexta-feira

Desmascarando os divisionistas sindicais, a CGTP-IP recorda que nas 240 eleições sindicais realizadas após o Congresso de Todos os Sindicatos, em Janeiro de 1977, o movimento sindical unitário não perdeu um único sindicato a favor dos divisionistas, tendo, pelo contrário, ganho 46 para a mesma causa da unidade. ■ A Comissão Negociadora Patronal do Contrato Colectivo de Trabalho dos Jornalistas rompe as negociações e requer a resolução do conflito por via administrativa. ■ O Presidente da República recebe as credenciais dos novos embaixadores da República do Afeganistão e da República Democrática e Popular da Coreia. ■ O embaixador da Itália desloca-se à Escola Prática de Artilharia, em Vendas Novas, onde procede à entrega de 36 obuses, de fabrico norte-americano, na sua maior parte dos anos 40, oferecidos pelo governo italiano. ■ O Conselho de Informação para a Rádio considera ilegal a nomeação e a posse da nova Comissão Administrativa da RDP. Apenas o CDS se pronunciou contra, abstendo-se um elemento do PPD.

13

Sábado

Em Viseu tem início a reunião do Conselho Nacional do PPD e na qual está presente Sá Carneiro. É adiado para data posterior o previsto aumento dos jornais diários que devia começar no dia 15. ■ Num conferência de imprensa em Aveiro, Kaulza de Arriaga manifesta as suas reservas em relação à actuação do Presidente da República. ■ No plenário da União dos Sindicatos de Lisboa e da Cintura Industrial de Lisboa, realizado no pavilhão do Clube Atlético de Campo de Ourique é violentamente criticada pelos delegados presentes a política do IV Governo e exigida a concretização do caderno reivindicativo aprovado recentemente pela CGTP.

14

Domingo

Mário Soares, secretário-geral do PS, no regresso de Bruxelas critica a evolução das negociações para a entrada de Portugal na CEE, frisando que não têm contacto com a necessária correspondência do lado português. Considerou ainda que a destituição de Igrejas Caeiro «foi uma decisão constitucionalmente errada». ■ Sá Carneiro apresenta um projecto de revisão constitucional durante a reunião do Conselho Nacional do PPD, defendendo nomeadamente a anulação do articulado da Constituição sobre a transição da economia nacional para o socialismo. ■ A Comissão Nacional do MDP/CDE decide iniciar a preparação activa daquele movimento nas eleições para as autarquias locais, em que participará integrado na APS. ■ A população da freguesia de Valezim, Seia, elege a lista do PS, a única que se apresentou ao acto eleitoral, para a Assembleia da Freguesia.

15

Segunda-feira

A reunião do Comité Central do Partido Comunista Português analisa a presente situação política. No decorrer de uma conferência de imprensa, o secretário-geral do PCP declara: «Os últimos acontecimentos políticos mostram que a reacção passou de uma fase de recuperação de posições para o ataque global contra a democracia portuguesa». ■ É elevada a adesão dos trabalhadores da Comunicação Social à paralisação de três horas decretada pelo Sindicato dos Jornalistas, como forma de luta por uma nova contratação colectiva. ■ Também nos Telefones de Lisboa e Porto a adesão à greve é elevada: cerca de 95 por cento dos trabalhadores manifestam-se pela negociação do respectivo Acordo Colectivo de Trabalho. ■ Uma delegação do Partido Socialista composta por Jaime Gama e António Reis avista-se com o primeiro-ministro Mota Pinto. O encontro é considerado «bastante positivo» pelos socialistas. ■ Um vereador da Câmara Municipal de Braga pelo PPD, dr. Fortunato de Oliveira, abandona o seu partido passando à qualidade de vereador independente.

16

Terça-feira

A Comissão Administrativa da INATEL exige à CGTP-IP que esta abandone «no prazo máximo e imprimevável de 60 dias», as instalações daquele organismo, utilizadas pelo movimento sindical, desde o início da Revolução, como sede nacional da Confederação. ■ O Conselho de Informação para a RDP aprova um parecer desfavorável relativo à nomeação para a RDP Comissão Administrativa para aquela estação emissora, ilegalmente empesada. O parecer foi aprovado com os votos do PCP e UDP, a abstenção do PS e do PPD e os votos contra do CDS. ■ Uma lista unitária vence as eleições para a direcção da secção de Vila Nova de Famalicão (Delães) do Sindicato Têxtil do Distrito de Braga. ■ Os músicos do Teatro S. Carlos voltam a paralisar no início do espectáculo, que desta vez se realizava no Coliseu dos Recreios, exigindo a melhoria das condições salariais. ■ O ex-chefe de gabinete da Comunicação Social do I Governo, Lopes da Neta, implicado num processo de dólares falsos é condenado a três anos de prisão. ■ Basílio Horta, do CDS, elogia a actuação do IV Governo no campo da Reforma Agrária e da Comunicação Social, no final de um encontro entre uma delegação daquele partido e o primeiro-ministro Mota Pinto. ■ Uma delegação do PCP é igualmente recebida pelo primeiro-ministro. No final, Carlos Brito, que juntamente com Domingos Abrantes integrava a delegação, declara que o encontro em nada faz alterar «a oposição muito severa e as fortes críticas» do PCP ao IV Governo.

Os Comunistas na Assembleia da República

Bases Gerais do Ensino Particular são hoje apreciadas pelo plenário

• PCP requereu a avocação da votação

Quando hoje se iniciarem os trabalhos do período da ordem do dia dos trabalhos da Assembleia, os deputados irão debater um dos temas que em recente entrevista ao «Avante!», o presidente do Grupo Parlamentar do PCP, Carlos Brito, considerava uma das matérias de grande importância para o povo português, o país e os destinos do regime democrático.

Trata-se do projecto de lei 108/1, sobre as bases gerais do ensino particular e cooperativo, da autoria do PS, que já foi aprovado na generalidade e cuja votação final global está agendada para a sessão de hoje.

A proposta desta matéria, o Grupo Parlamentar do PCP já requereu a avocação pelo plenário da votação na especialidade.

Ao justificarem o seu requerimento, os deputados comunistas consideram as circunstâncias estranhas em que a votação na especialidade teve lugar na comissão especializada — votações realizadas durante dias de reuniões de plenário, até altas horas da madrugada, tendo a maioria dos artigos sido

votados apenas com dois deputados do PS e, portanto, com o PPD e o CDS em maioria.

O Grupo Parlamentar do PCP invocou ainda o facto dessa votação na especialidade ter introduzido profundas alterações no texto votado na generalidade, provocando uma alteração radical quanto ao sentido da lei votada — incluindo nomeadamente várias disposições do projecto do PPD que, na altura, havia sido rejeitado pelo plenário da AR.

Da Comissão de Educação, Ciência e Cultura saiu, assim, para votação final global, um texto que traduz um privilegio das escolas particulares e das camadas sociais que nelas estão fundamentalmente interessadas, razão por que o PCP considera que todos os deputados sejam chamados a decidirem cada uma das soluções, considerando ser esta uma matéria de particular relevância nacional.

O debate sobre esta matéria segue-se a um período de duas sessões plenárias nas quais as votações quase sempre se têm traduzido por uma unanimidade de posições:

foi assim relativamente ao projecto que eleva a vila de Torres Vedras à categoria de cidade; foi assim relativamente à votação final global do projecto de lei que cria a Universidade do Algarve; foi assim também no que toca à ratificação do decreto do Governo de Nobre da Costa que estabelecia disposições sobre a emissão e colocação no mercado nacional de empréstimos por obrigações expressas em moedas estrangeiras; foi assim, finalmente, na ratificação do Acordo Geral de Cooperação entre Portugal e a República Popular de Angola.

Entretanto, já um voto de protesto apresentado pelo deputado independente Aires Rodrigues e que continha um aditamento do Grupo Parlamentar comunista veio a ser aprovado com a abstenção do PPD e o voto contrário do CDS.

O voto em causa manifestava o protesto da AR pela resolução do Governo que pretende considerar ilegítima a intervenção das Comissões de Trabalhadores, mesmo a título consultivo, na Função Pública, e reclamava do Governo as devidas

explicações perante a Assembleia sobre a referida resolução.

Outro momento em que se não registou unanimidade de votação, embora todos os grupos parlamentares fossem unânimes na condenação do diploma, ocorreu aquando da apreciação da ratificação do decreto que criou na Direcção-Geral do Ensino Básico 30 lugares de inspector-orientador de 1.ª classe, ratificação que foi solicitada pelo PCP e que veio a ser concedida.

Enquanto que o PS, o PCP e o CDS votaram a favor da ratificação, o PSD absteve-se, mas todos os grupos parlamentares enviaram para a mesa propostas de alteração substanciais, aliás de acordo com as duras críticas que teceram no decorrer da discussão na generalidade. A Comissão Parlamentar especializada tem agora o prazo de vinte dias para a discussão na especialidade de um diploma que, é quase certo, quando subir a plenário para votação final global, já não será o mesmo que foi elaborado pelo Governo demitido de Nobre da Costa.

Comissão da AR para o AIC

A Assembleia da República adoptou, por unanimidade, um projecto de resolução apresentado pelo Grupo Parlamentar do PCP, visando a criação no âmbito da AR de uma Comissão Eventual para o Ano Internacional da Criança.

Nos termos do projecto de resolução aprovado, a Comissão Eventual interair-se-á dos problemas que afectam as crianças portuguesas, obterá e fornecerá à AR os elementos necessários à preparação e apreciação das medidas legislativas que venham a ser adoptadas, apreciará as petições referentes à situação das crianças e verificará o cumprimento das disposições constitucionais e legais relativas à infância.

A falta de cola

O CDS perpetrou, através do seu n.º 1 presidente parlamentar — o ex-ministro Rui Pena — uma declaração política que deixou estarelecidos os restantes deputados que se sentam em S. Bento.

Ao iniciar a sua intervenção, Rui Pena deu a entender que, dos caminhos doutrinairos do CDS, iria retirar uma qualquer mézina para remediar a situação internacional que, no seu entender, não é lá muito tranquilizadora...

Rui Pena e o CDS estão preocupados com aquilo que classificam como «expansionismo soviético». Pode dizer-se que se trata de uma preocupação que data da altura em que o seu antecessor no cargo parlamentar do CDS visitou a China. Mas como é que, para Rui Pena, se demonstra tal «expansionismo»? Pois nem mais nem menos do que através daquilo a que despedu radamente chamou a «agressão do Vietname sobre o Camboja»!

Dando-se conta do erro geográfico cometido, Rui Pena emendou rapidamente a mão e vá de classificar o Vietname como «satélite da URSS». Assim se fazem as cousas de política internacional dos partidos da direita.

Porém, a visão apocalíptica da actual situação mundial ainda mal tinha saído do adro. Depois foram a Espanha e a onda de terrorismo que ali grassa utilizada pelo deputado do CDS para tirar a conclusão de que o terrorismo e o comunismo é tudo igual.

A República Popular de Moçambique também não escapou ao exorcismo do deputado do CDS. Rui Pena está preocupado porque aquele país se afasta cada vez mais de uma convivência...

Mas as tiradas «internacionalistas» de Rui Pena visavam mais alto, ou mais perto: visavam Portugal!

Para o deputado centrista, as dúvidas e perplexidades do Povo português têm uma origem histórica bem localizada. Não, não se trata do Sebastianismo, mas sim do... 11 de Março!

Tudo isto para finalizar com o grande problema que hoje em dia aflige o Povo português: a falta de cola nos selos postais!

É caso para perguntar ao CDS se, nos dias subsequentes ao 11 de Março viram algum comunista disfarçado de carteiro a roubar a cola que existia para prantar em todos os selos!

Dia a Dia

Iniciativas legislativas

O PCP apresentou um projecto de lei que eleva a vila do Barreiro a cidade. O PS apresentou idêntica iniciativa. Entretanto, o CDS apresentou três iniciativas legislativas visando elevar a cidades as vilas de Matosinhos, Santo Tirso e Famalicao. No capítulo de criação de novas freguesias, o CDS propôs a criação da freguesia de

Chafé no concelho de Viana do Castelo, e o PS a criação da freguesia do Carregado no concelho de Alenquer.

O PS apresentou um projecto de lei sobre direito de asilo e estatuto do refugiado que, no essencial, não se afasta muito dos projectos elaborados pelo Ministério da Justiça do I Governo de Mário Soares.

O diploma que criou o Conselho Coordenador do

Serviço de Bombeiros vai ser chamado a ratificação, mercê da iniciativa do PCP, do PS e do PSD.

Comissão Nacional de Eleições

A Assembleia da República deverá eleger, até ao próximo dia 27 deste mês, os membros de a representar na Comissão Nacional de Eleições. Os partidos

indicaram já os nomes dos cinco candidatos a membros.

Entrevistas do GP do PCP

Desde o início do ano, o Grupo Parlamentar do PCP recebeu para entrevistas a Comissão Negociadora Sindical da Função Pública, o STAL, as CTs da Coram e da Petrolgal, o Sindicato dos Químicos, uma delegação de seareiros de Alpiarça e a CT da RDP.

Intervenções

«Os povos de Portugal e Angola estão unidos por uma fraternidade de combate contra o inimigo comum»

O Partido Comunista Português considera da maior importância e de grande importância o estabelecimento de relações normais de amizade e cooperação entre Portugal e os novos países africanos que se libertaram do domínio colonial português, na base dos princípios internacionais de respeito e vantagens mútuas e da não intervenção nos assuntos internos de cada um dos países.

O PCP dá por isso inteiro apoio ao Acordo Geral de Cooperação entre a República Portuguesa e a República Popular de Angola, hoje submetido à aprovação da Assembleia da República para ratificação, considerando-o um passo positivo naquela direcção.

(...) A iniciativa de Bissau marca uma etapa importante no caminho para o desbloqueamento nas relações entre o Portugal de Abril e o Estado de Angola independente, no caminho para o restabelecimento de relações de cooperação que possam testemunhar a autêntica fraternidade entre os dois povos, como afirmou o Presidente da República numa das cerimónias então efectuadas.

Os povos de Portugal e Angola estão unidos por uma fraternidade de combate contra o inimigo comum, o fascismo e o colonialismo, que a ambos explorou e oprimiu durante décadas.

(...) As forças reacionárias e colonialistas aquelas que beneficiaram da exploração do povo português e dos povos de África, aquelas cujas fortunas foram frequentemente amassadas em sangue, as

forças ao serviço do neocolonialismo e do imperialismo, tudo têm feito e tudo farão para impedir que entre Portugal e os novos Estados independentes de Angola, Moçambique, Guiné-Bissau, Cabo Verde e São Tomé e Príncipe, se estabeleçam fortes relações de novo tipo baseadas na amizade, cooperação e respeito mútuo que a nossa Constituição consagra e que o povo português deseja.

Essas forças são as mesmas que em Portugal e manobram para a recuperação dos privilégios perdidos com o 25 de Abril, e as mesmas forças que conspiram contra as liberdades, as conquistas dos trabalhadores e as próprias instituições democráticas.

O trajecto político dos sucessivos governos em Angola nesta emergência, além do mais porque, como está inscrito na Constituição, Portugal reconhece o direito dos povos à luta contra todas as formas de opressão, nomeadamente contra o colonialismo e o imperialismo, e está obrigado a manter laços especiais de amizade e cooperação com os países de língua portuguesa.

(...) Cabe ao povo português e a esta Assembleia, manterem-se vigilantes para que o Acordo Geral de Cooperação entre a República Portuguesa e a República Popular de Angola não seja um instrumento vivo de trabalho ao serviço da cooperação e do fortalecimento da amizade entre os povos de Portugal e Angola. O Grupo Parlamentar do PCP, pelo seu lado, tudo fará para que assim aconteça (Jaime Serra, em 11/7/79).

AS CTs da Função Pública

(...) Trata-se de um novo ver de uma medida que é, ela mesma, uma expressão reveladora do perfil político deste Governo; trata-se de uma resolução que constitui uma afronta e um desafio a centenas de milhares de trabalhadores.

O IV Governo, ao declarar ilegítima qualquer intervenção das Comissões de Trabalhadores, ainda que a título consultivo, está muito claramente a recusar qualquer tipo de diálogo com os trabalhadores da Função Pública e a pretender impor o regresso ao monólio e a métodos que se consideravam ultrapassados. É ao recusar o diálogo com as organizações dos trabalhadores da Função Pública o IV Governo coloca-se fora do quadro democrático-constitucional.

legítima não é a intervenção consentiente e responsável das comissões de trabalhadores da Função Pública; ilegítima é a resolução adoptada pelo IV Governo sobre esta matéria. Ilegítima porque: ilegítima ainda porque ofende a letra e o espírito da Constituição da República.

Com esta medida, ou com medidas deste natureza, não é a autoridade democrática da administração pública que se reforça, é o autoritarismo da administração pública, ou melhor,

o autoritarismo das cúpulas da administração pública perante os seus subordinados. Para este Governo, os chefes decidem e os subordinados executam, surdos e mudos ao acerto ou desacerto das decisões, mesmo quando estas lhes digam respeito. Do alto não seiam as suas próprias razões.

(...) Entretanto, não queremos deixar de fazer notar que o projecto de lei acabado de aprovar se integra num conjunto de situações que, na perspectiva do PCP, terão de ser encaradas futuramente num âmbito mais vasto, ou seja, o do reordenamento administrativo.

Verifica-se a realidade cada vez mais frequente da passagem de lugares a freguesias, de freguesias a concelhos e de vilas a cidades. O facto de não ter sido aprovada pela Assembleia da República qualquer legislação sobre o assunto, e da existência provir do Código Administrativo fascista, dá origem a iniciativas que tendem a resolver estes ou aquela situação, pecando pela falta de apresentação de uma acção global sobre a matéria. Onde poderão, mais tarde ou mais cedo, resultar situações negativas que terão a todo o custo de ser evitadas, como é o caso de rivalidades que podem vir a surgir entre populações.

Finalmente, desejamos saudar os trabalhadores e todas as camadas laborosas de Torres Vedras e desejar que a elevação a cidade seja um contributo para o seu progresso, para a concretização das aspirações das populações, para o reforço do poder local (Marques Pedrosa, em 11/7/79).

Torres Vedras é cidade

O PCP tem constantemente vindo a defender as vilas e cidades deste país, e por uma real descentralização administrativa. Neste sentido, estamos nas melhores condições para apoiar a proposta de passagem da vila de Torres Vedras a cidade. Fazemo-lo, tendo em

conta as características desta vila e do seu concelho, e ainda por se tratar de uma muito antiga e sentida aspiração das suas populações (Alda Nogueira, em 11/7/79).

(...) A resolução do Governo, além de ilegítima, manifesta uma vontade política que os trabalhadores da Função Pública não merecem e que não se acatarão. Cogidos durante décadas por um regime opressor, atingidos frequentemente na sua própria dignidade, esta medida não deixará de lhes lembrar um período que também eles querem ver sepultado.

Que é grave na resolução em causa é o facto de ela negar um dos mais elementares pressupostos da vivência democrática, é o facto de ela negar o diálogo, o confronto de opiniões, a apresentação de diferentes razões e modos de encarar os problemas (Jorge Leite, em 11/7/79).

Uma fraude

O Grupo Parlamentar do PCP votou contra a ratificação do Decreto-Lei n.º 357/78 porque ele não é mais do que uma fraude e, por acréscimo, a sua manutenção cria situações de favor e mesmo de prémio para os prevaricadores, contrabandistas de moeda, especuladores e outros agentes do mesmo jaez que a lei condena e pune com justificadas e adequadas penas.

Trata-se de uma fraude que visou evitar a repropoção certa da proposta de lei para a repropoção que era reconhecida pelo Governo e tinha resultado clara nas reuniões em comissão onde o assunto fora examinado.

Trata-se de uma fraude porque sob formas incaracterísticas o que se pretendia foi invadir a competência reservada da AR com a consciência exacta do

facto, ou seja, o que se pretendia foi desrespeitar clara e abertamente a Constituição.

Trata-se também de um bizarro aborto jurídico-legislativo que se revogou a lei que proibe ou regula a posse de divisas por cidadãos portugueses residentes em Portugal, criava um regime que previnha a fraude e por essa via estimulava ou cobria todas as manobras contra a economia nacional resultantes do tráfico ilícito de divisas.

(...) O decreto-lei agora ratificado constitui uma afronta à legalidade democrática-constitucional, abolindo a prestação de provas comumente utilizadas — isto é, a prestação de provas mediante concurso público, e em sua substituição, aponta para o preenchimento de cargos inspectivos por nomeação ministerial (Fernanda Patrício, em 16/1/79).

Finalmente, a suposta utilidade que se pretendia atingir com estes atropelos, isto é, a recolha de divisas que são utilizadas como forma de entesouramento contra a desvalorização do escudo, mostra-se alcançada em alguns casos, não compensa os efeitos contrários e as novas possibilidades abertas a especuladores e traficantes de divisas (Veiga de Oliveira, em 16/1/79).

O ensino superior no Algarve

O PCP congratula-se com a aprovação por esta Assembleia de uma lei criando a Universidade do Algarve.

Na realidade esta lei corresponde a uma velha e justa aspiração do povo do Algarve e muito particularmente da sua juventude.

(...) A criação da Universidade do Algarve virá, pois, permitir a estudantes de menores recursos económicos e a trabalhadores — estudantes desta parte do país ascenderem ao ensino superior, situação de que até aqui muitos estavam excluídos (José Vitoriano, em 16/1/79).

Camaradas de Trás-os-Montes

Realiza-se no próximo sábado dia 20 pelas 15 horas, no Centro de Trabalho da Rua Soeiro Pereira Gomes, uma reunião com camaradas naturais de Trás-os-Montes que residam na área de Lisboa. Se és natural dessa região aparece.

Sorteio

O Sorteio de viagem à União Soviética, iniciativa do Organismo das Grandes Empresas do Concelho de Oeiras, saiu ao n.º 1588.

O camarada ou amiga, feliz possuidor da rifa com esse número deve contactar o Centro de Trabalho de Oeiras até ao fim do mês de Fevereiro próximo.

A VENDA

Militante

BOLETIM DE ORGANIZAÇÃO DO PARTIDO COMUNISTA PORTUGUÊS

Nota da SIP do PCP sobre o Recenseamento Eleitoral

No passado dia 12 de Janeiro a Secção de Informação e Propaganda do PCP divulgou a seguinte nota sobre o recenseamento eleitoral:

1. Os resultados conhecidos do recenseamento eleitoral constituem já a afirmação de um grande interesse do povo português pela participação na vida democrática do País. Apesar das desilusões provocadas por 3 anos de uma política cada vez mais afastada dos ideais do 25 de Abril, os portugueses têm ocorrido em elevada percentagem ao

recenseamento, afirmando, também por esse meio, não abdicarem nem se demitirem do exercício das liberdades e direitos conquistados.

2. Os resultados do recenseamento eleitoral até ao momento desmentem já com a maior objectividade, as especulações da direita sobre os eventuais resultados finais do recenseamento.

O PCP denuncia desde já a hipocrisia da direita ao pretender começar a pôr em causa o recenseamento eleitoral. Como o comprovam com toda a evidência os resultados

conhecidos sobre o estado actual do recenseamento, é nas zonas dominadas pela reacção, como na Madeira e Açores, onde as liberdades democráticas estão gravemente restringidas, que são mais baixos os resultados do recenseamento. Ao procurar pôr, desde já, em causa o recenseamento eleitoral, a direita está muito simplesmente a preparar a argumentação para tentar justificar a derrota que de certo sofrerá em novas eleições.

3. Os resultados do recenseamento eleitoral

estão do mesmo modo a confirmar que nas zonas de maior influência das forças progressistas, nas zonas onde vigoram as liberdades democráticas é a vida democrática e intensa, a participação no recenseamento eleitoral é mais elevada, o que encerra o importante significado político de que as forças da liberdade e do progresso social estimulam a participação cívica, viva e interessada, das populações.

4. O PCP saúda todos os cidadãos que nas comissões de

recenseamento não têm regateado esforços para que o novo recenseamento seja rigoroso e exacto. O PCP, cujos militantes têm sido por todo o país os mais activos e dedicados colaboradores do processo de recenseamento, exorta todas as comissões de recenseamento a que dediquem um derradeiro esforço até ao final do novo prazo do recenseamento eleitoral, por forma a permitir que o novo recenseamento seja o mais amplo possível.

5. O PCP apela a todos os trabalhadores e aos democratas em geral que

por uma ou outra razão ainda não se tenham recenseado para que o façam aproveitando a prorrogação do prazo do recenseamento.

O PCP manifesta a sua confiança em que o povo português, que pelo recenseamento se prepara para votar, venha a derrotar uma vez mais a direita em futuras eleições, confirmando assim a viva aspiração de dotar o país de um Governo conforme a vontade popular, com os interesses dos trabalhadores, do povo, da democracia e da independência nacional.

Por uma Junta ao serviço do povo de Riomeão

Numa clara afirmação do crescente apoio que a Aliança Povo Unido vem colhendo junto das populações das zonas do norte do país ainda dominadas pelas forças da reacção, cerca de quatrocentas pessoas participaram, no passado sábado, num animado convívio promovido pela APU em Riomeão, freguesia do concelho de Vila da Feira que, no próximo dia 28 do corrente, vai eleger de novo a sua Assembleia de Freguesia.

No convívio, precedido de uma intervenção política de Valdemar Sá e Silva, cabeça de lista da APU, participaram, entre outros artistas, o fadista Fernando Farinha.

A actividade da APU em Riomeão, a cujas eleições suplementares concorrem igualmente listas apresentadas pelo PS, PPD e CDS, tem vindo a intensificar-se gradualmente, apesar das iniciais tentativas de intimidação da reacção local.

Assim, para além do referido convívio realizado no Centro de Formação Profissional de Riomeão, a APU leva a efeito, já no âmbito da campanha eleitoral iniciada anteontem, mais cinco encontros com a população. No próximo sábado, dia 20, a APU procederá à apresentação dos seus candidatos e do programa que se propõem defender. A sessão, que terminará com uma sessão de canto livre em que participará Luísa Basto, realiza-se igualmente no Centro de Formação Profissional da localidade. No dia 21, por seu turno, a Comissão de Apoio da Juventude aos candidatos da APU promove um baile popular, em Riomeão. Nos dias 22 e 24 haverá sessões de esclarecimento nos lugares da Mata e dos Murtais, e no dia 25 um grande comício em Riomeão, no Salão da Junta de Freguesia.

Embora fora do concelho de Vila da Feira e do próprio âmbito desta campanha eleitoral, está a suscitar também grande entusiasmo na freguesia de Riomeão o comício do PCP marcado para amanhã, em S. Paio de Oleiros, no Pavilhão Gimnodesportivo, em que participará o camarada Carlos Brito, da Comissão Política do CC do PCP e presidente do Grupo Parlamentar do PCP.

Tal como o convívio realizado pela APU em Riomeão, este comício contará igualmente com a actuação de Fernando Farinha.

Paralelamente às diversas iniciativas programadas pela APU, enquadradas no esclarecimento profundo das populações e das medidas a tomar para resolver os problemas mais prementes que afectam a freguesia de Riomeão (transportes, saneamento básico, electrificação, posto médico, infantil, etc.), começou já a colagem de cartazes de apelo ao voto (300), bem como a propaganda sonora e a recolha de assinaturas de apoio aos candidatos da «Povo Unido».

O número de assinaturas recolhidas nos primeiros dias de campanha (mais de duzentas), exemplifica uma vez mais o aumento da influência das forças democráticas. O sentimento geral de confiança em que, pela primeira vez, estará presente nos órgãos autárquicos da freguesia a voz da APU reflecte-se, aliás, na própria reacção, que já percebeu a ineficácia do seu anticommunismo primário e intimidações grosseiras.

Outra coisa não seria de esperar, obviamente, pois a população de Riomeão não pode deixar de estabelecer comparações entre a campanha das diferentes listas. Desde o PPD, que de forma velada procura fazer valer o facto de deter a presidência da Câmara, afirmando no seu programa ser o «interlocutor válido, neste momento, das entidades administrativas do concelho», ao CDS que nada se preocupa com os problemas da maioria da população e ao PS, perfeitamente desmobilizado e sem vontade política de defender os seus próprios princípios, a APU é de facto a única força que se apresenta disposta a mobilizar todos os esforços na luta pelo progresso da freguesia.

Vota na APU, por uma Junta ao serviço do povo representa, para os candidatos da Povo Unido, mais do que um slogan. Representa, sem demagogia nem promessas vãs, a disposição de defender, intransigentemente, os interesses populares.

PCP defende reivindicações dos Bombeiros Portugueses

Algumas das mais importantes reivindicações apresentadas pela Liga dos Bombeiros Portugueses após a realização do seu XXIII Congresso, em Outubro do ano passado, não foram contempladas pelo Governo no Decreto-Lei 388/78, de 9 de Dezembro.

Considerando que os bombeiros portugueses merecem ser ouvidos, merecem que as suas propostas sejam tomadas em conta e merecem o nosso apoio, o Grupo Parlamentar do PCP apresentou na Assembleia da República, no passado dia 9, um requerimento de sujeição a ratificação de referido, Decreto-Lei.

Ao apresentar o requerimento, o camarada Sousa Marques recordou o acidente de que foi vítima um operário tipográfico pertencente aos Bombeiros Voluntários de Gouveia quando combatia um

incêndio na floresta — queimaduras em mais de 50% do corpo — salientando tratar-se de um exemplo apenas das centenas ou milhares que se poderiam recordar.

Um exemplo, frisou, da abnegação dos cerca de trinta mil homens que, diariamente, se encontram prontos a travar a nobre batalha da luta contra os mais diversos acidentes, pela salvação da vida e dos haveres do próximo, pondo em risco a sua segurança e até por vezes a própria vida.

Reafirmando o apoio do PCP às mais significativas reivindicações expressas no XXIII Congresso dos Bombeiros Portugueses, Sousa Marques defendeu o direito destes serem atentamente ouvidos pelos órgãos do poder e estudadas as suas exigências, de forma a ser possível procurar

soluções para os problemas que colocam.

Independentemente da vontade daqueles que abraçam esta tarefa — alertou Sousa Marques — não haverá serviços que protejam, eficazmente, a maior parte das populações do país, se não forem resolvidos, para além de problemas como os dos seguros e das isenções fiscais, três questões fundamentais: a dos combustíveis, a do material e das instalações.

Estes problemas exigem meios — fez notar o deputado do PCP, Meios que pela sua dimensão não podem obter-se apenas pelo recurso à boa vontade e ao contributo das populações, pelo que o Estado tem de garantir os recursos mínimos indispensáveis ao desenvolvimento desta acção.

Como então disse aquele deputado comunista, muito há também a fazer no capítulo da criação de condições para uma actuação eficaz tanto no domínio do aperfeiçoamento do material, como no da urbanização, da prevenção de acidentes e das indicações úteis para a actuação nos sinistros que envolvem materiais de grande perigosidade por explosão, emanação ou radioactividade.

Dado este panorama da situação em que vivemos e a justiça da posição defendida pelo PCP — que retoma, no essencial, a dos próprios bombeiros portugueses — espera-se que a Assembleia da República tome uma posição conforme com as necessidades e as aspirações do povo português que, ao contrário do Governo, não bem compreende a importância da abnegada acção desenvolvida pelos bombeiros.



O PCP defende Segurança das populações e direitos dos bombeiros

Partindo das conclusões do XXIII Congresso dos Bombeiros Portugueses e do conhecimento profundo da situação que se vive em Portugal, no campo da segurança, o deputado Sousa Marques, do PCP, apresentou à Assembleia da República uma série de medidas que cada vez mais se impõem com carácter de urgência:

É preciso cobrir todos os riscos próprios desta actividade prevenindo os possíveis prejuízos materiais daí resultantes e acautelando a sobrevivência das suas famílias.

Como pessoas colectivas de utilidade pública que efectivamente são, as associações de bombeiros têm de ver

garantidas, na lei e na prática, todas as isenções de taxas e impostos a que fazem jus pela sua benemérita e prestimosa actuação.

É necessário tomar medidas que tornem obrigatória a normalização do material de incêndio.

É imprescindível que as Câmaras Municipais, no licen-

ciamento de projectos, quer ao nível de urbanizações quer dos edifícios, tenham em atenção as necessidades relativas à segurança das populações.

— As urbanizações têm de ser dotadas com bocas de incêndio em quantidade suficiente;

— Os edifícios devem ter escadas de salvação e no caso particular de hotéis, cinemas, grandes armazéns, escritórios, etc., devem existir saídas de emergência, devidamente assinaladas, e meios elementares de ataques a incêndios;

— As dimensões das portas, escadas e patamares dos

prédios de habitação devem, no mínimo, permitir a evacuação em maca de sinistrados;

— A largura das ruas e cruzamentos deve possibilitar o acesso fácil do material auto de que dispõem as unidades de bombeiros.

Têm de ser criados postos de vigia em todos os pontos do país onde a mancha florestal o justifique de molde a minimizar os graves prejuízos resultantes dos incêndios que, infelizmente, todos os anos têm assolado o país.

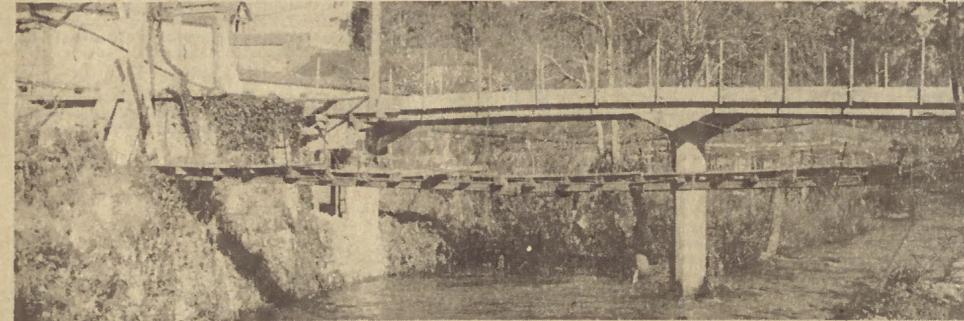
É necessário definir e difundir com a intervenção

dos departamentos técnicos competentes, sistemas de segurança para os locais onde existem fontes radioactivas assim como planos de alerta e intervenção dos bombeiros em caso de acidente.

Têm de ser feitas exigências aos transportadores e detentores de materiais explosivos, com emanções tóxicas, ou radioactivos para utilizarem símbolos identificativos que permitam, em caso de acidente, uma adequada actuação, sendo obvio que esta obrigatoriedade pressupõe a definição de uma

simbologia normalizada para entendimento universal.

E, finalmente, é necessário criar a nível nacional formas de coordenação e planeamento dos vários serviços ou organismos que conjuntamente com os bombeiros vêm prestando assistência aos cidadãos nos casos de acidente de viação, de naufrágio ou outros, sendo indispensável, para o seu correcto funcionamento, garantir a participação dos bombeiros através da sua Liga como órgão de representação nacional.



Após o dispêndio de cerca de 600 contos, a ponte nova de Arcos não corresponde às necessidades da população — é demasiado estreita e os autocarros não podem lá passar!

Começou a campanha eleitoral em Arcos e Freixiel

Os candidatos da Aliança Povo Unido às eleições para as Assembleias de Freguesia de Arcos (Vila do Conde) e de Freixiel (Vila Flor) vão apresentar-se às populações no decorrer de sessões que se efectuarão no próximo domingo, a partir das 15 horas.

Nestas reuniões, além da discussão pública dos programas eleitorais, está prevista a actuação dos conjuntos «Abril» e «Resistência».

Entretanto, a candidatura Povo Unido à Assembleia da Freguesia de Arcos apresentou um requerimento no Tribunal de Vila do Conde, reclamando, que, ao abrigo da Lei das Atribuições das Autarquias Locais, seja fixado em nove o número de elementos a eleger, e não em sete, como sucedia antes da entrada em vigor daquela legislação. No referido documento a APU requer a possibilidade de preenchimento dos dois lugares em falta nas listas apresentadas, na medida em que os suplentes propostos podem passar a figurar como efectivos.

Unir esforços e vontades

Preocupação comum às duas candidaturas é contribuir para a união de esforços e vontades dos habitantes de Arcos e de Freixiel, visando a superação das inúmeras carências e a satisfação dos

principais anseios das populações. Em ambas as localidades faltou, até agora, a palavra e a acção da Povo Unido para estimular a actividade das Assembleias e Juntas de ambas as freguesias na procura das soluções dos problemas locais.

Queremos uma Junta onde tudo seja claro e do conhecimento de todos — defende Manuel Figueiras, cabeça de lista da APU em Arcos, no boletim de propaganda editado pela Povo Unido. Lamentando a realização de eleições suplementares — um homem quando se compromete é para valer e não para fazer aos compromissos que tem —, Manuel Figueiras salientou serem inúmeros os problemas da sua terra: caminhos em mau estado, fraca iluminação pública (há sítios onde é perigoso andar de noite), deficiente abastecimento de água, falta de lavadouros, de um posto de Televisão e de um campo de futebol, tais são algumas das «dores de cabeça» sentidas pelos habitantes de Arcos.

Sem demagogia, com um grande sentido das realidades, o programa da APU aponta para a mudança desta situação.

Entre outros objectivos, pretendem os candidatos da APU contribuir para a construção de dois lavadouros nos lugares do Rego e da Cabine, do campo de futebol (uma vez que já há terreno

e pode ajudar a uma melhor ocupação dos tempos livres), para a melhoria da iluminação pública e do estado dos caminhos. Querem também «dar um empurrão» para a instalação do posto da Televisão, a fim de se continuarem os estudos a ser forçados a percorrer mais três quilómetros por dia.

Comungando das preocupações dos habitantes de Arcos acerca da pouca largura da ponte nova, para a qual aqueles deram uma importante contribuição através da realização de um cortejo destinado a angariar fundos para a obra, os representantes da APU tudo farão, se forem eleitos, para a rápida conclusão dos trabalhos.

Com gente disposta a trabalhar pela terra

Também em Freixiel os candidatos da APU se propõem dar o melhor do seu trabalho para melhorar as condições de vida da população desta freguesia do concelho de Vila Flor, onde as carências abundam e têm rareado as vontades para as ultrapassar. O programa que apresentam aponta prioridades e soluções concretas.

Caso sejam eleitos, os candidatos da APU desenvolverão esforços para que sejam reparados e empedrados vários caminhos, para facilitar os trans-

portes e a comunicação entre os vários lugares da freguesia.

Quando a água mais é precisa é que ela falta em Freixiel. Para remediar esta situação, que provoca muitos incómodos no Verão, os candidatos da Povo Unido querem melhorar o abastecimento a toda a freguesia. Por outro lado lutarão pela construção de lavadouros, pelo fornecimento de energia eléctrica, pela criação de uma carreira de transportes públicos, pelo alargamento do cemitério e pela melhoria da assistência médica.

Soluções muito precisas são também apontadas para a melhoria do ensino e da prática desportiva e ocupação dos tempos livres. Caso sejam eleitos, procurarão ainda criar um posto público de telefone no lugar de Folgares, bem como apoiar os agricultores e construir uma sede para a Junta de Freguesia.

Realçando a importância da participação popular na resolução dos seus problemas, o programa dos candidatos da APU em Freixiel, salienta ainda as novas possibilidades abertas pela entrada em vigor da Lei das Finanças Locais, pois a autarquia vai passar a receber verbas com que de antemão pode contar e que, embora não dêem para tudo, sempre ajudarão a resolver os problemas mais prementes de Freixiel.

O progresso aflige os homens do PPD em Lousada

O povo do concelho de Lousada cada vez está mais esclarecido do «interesse» e da «competência» dos homens do PPD, sobretudo nos locais onde as suas listas obtiveram a maioria, o que se verificou em quase todas as freguesias do concelho.

Da Câmara à Assembleia, passando pelas Juntas e Assembleias de Freguesia, a realidade mostra que os eleitos daquele partido nada fazem para resolver problemas, cumprir promessas ou tomar realidade velhos anseios populares.

O Plano de Actividades e o Orçamento da Câmara, aprovados com a oposição dos eleitos da APU durante a sessão da Assembleia Municipal efectuada na passada sexta-feira (finalmente), traduzem bem a incapacidade e o caciquismo da maioria da edilidade, que nem sequer se deu ao trabalho de consultar as Juntas e Assembleias de Freguesia.

Para denunciar esta situação e a responsabilidade do PPD na não resolução dos problemas do concelho de Lousada, a APU divulgou um comunicado onde aponta exemplos significativos do reaccionarismo, da incuria e incompetência dos pépés. No Conselho Municipal, por exemplo, excluiram o representante da Liga dos Agricultores, porque «lhes causava mocha que este pudesse levantar, ali, a sua voz em defesa dos interesses dos rendeiros».

Simultaneamente, empossaram aquele órgão tarde e a más horas, tendo o descaramento de consentir que nele tomassem assento dois membros da defunta ANP, um dos quais foi presidente da Câmara no tempo do fascismo!

Certamente satisfeita com

o empenhamento da gestão, a maioria PPD/CDS na Assembleia Municipal decidiu recusar a criação de um lugar de vereador a tempo inteiro na Câmara. Entretanto, continuam por concluir as obras de acesso ao Hospital, os arranjos da «Senhora da Aparecida», e outras reparações, para já não falar no estado lastimável do Fontanário da Judia, em Lodeses.

Mostrando uma escandalosa convivência com as negociações dos caiques, os senhores do PPD eleitos para a Câmara não tomam medidas para a expropriação do terreno destinado à construção da escola de Alvaranga, cujo projecto remonta já ao chamado «plano dos centenarios». Por outro lado, como denuncia o documento da APU, a mesma edilidade não hesitou em favorecer claramente os interesses particulares de um ex-ANP, aquando da construção da estrada

que liga S. Miguel a Soutelo. A via, em vez de passar pelos lugares mais populosos de Cernadelo, foi direcionada a «Casa do Campo», onde agora pontifica aquele reaccionário.

Os dois documentos aprovados na Assembleia Municipal de Lousada ignoram também, em absoluto, a entrada em vigor da Lei de Finanças Locais. Agora, como sublinha o comunicado da APU, a Câmara queixa-se que não pode prever, ao menos por aproximação, as receitas com que pode contar. Depois, quando houver a certeza das receitas, até poderão vir dizer que, as não podem aplicar porque não estavam previstas no plano de actividades.

São assim mesmo os homens do PPD em Lousada. As mudanças e o progresso afligem-nos.

gastar cerca de 425 mil contos, no ano passado mostraram-se incapazes de gerir cerca de 34 mil contos!

No nosso concelho, os grandes problemas permanecem — frisa a APU. Entretanto, a Câmara Municipal continua a não definir uma política de habitação social compatível com os interesses e necessidades da população. Permanecem os problemas da habitação degradada, do saneamento, dos caminhos, da água, etc. O desenvolvimento urbano processa-se desordenadamente, dada a inexistência de um plano de expansão disciplinador.

Considerando «catastrófica» a gestão dos eleitos do CDS

PPD e CDS não resolvem problemas da Póvoa de Varzim

Três anos decorridos de gestão municipal ainda não foi feito um levantamento dos principais problemas do concelho e, assim, não se podem estabelecer as prioridades e o enquadramento das soluções — salientaram os eleitos do «Povo Unido» na sua declaração de voto sobre o Plano de Actividades da Câmara Municipal da Póvoa de Varzim, dada pelos partidos da direita (PPD e CDS).

Para além de o ter feito com atraso, o executivo camarário poveiro elaborou os referidos documentos sem os ter apresentado oportunamente à Assembleia e Conselho Municipais. Este último órgão autárquico salientou na parte final do seu parecer, aprovado por

unanimidade que, só para não travar a gestão municipal, com os prejuízos daí resultantes, se via obrigado a propor a aceitação desta listagem como plano de actividades julgando, no entanto, dever a Câmara apresentar — no prazo máximo de dois meses — um plano devidamente elaborado por sectores de actividades.

Acusando a edilidade de não ter ouvido as Juntas e Assembleias de Freguesia e as forças sociais do concelho, também a Comissão Concelhã de Póvoa de Varzim da APU divulgou um documento, criticando a verificação da Câmara por ter elaborado um plano que não atende às disponibilidades financeiras existentes: enquanto para o ano corrente se propõem

e PPD, que dominam o executivo camarário, o comunicado da APU recorda aos eleitos do Partido Socialista que não é com atitudes demissionistas que contribuirão para a resolução dos problemas. Os interesses da população, sublinham, defendem-se lutando na Câmara e na Assembleia Municipais.

A finalizar, a APU reitera a sua posição de princípio, mostrando-se disposta a lutar no sentido de que os principais problemas do concelho sejam eficazmente resolvidos. Ontem como hoje, a APU procurará informar e denunciar, junto da população, todas as medidas gravosas e atentatórias dos seus interesses e anseios, certa de que, desta forma, desempenha um papel coerente com os seus princípios.

gastar cerca de 425 mil contos, no ano passado mostraram-se incapazes de gerir cerca de 34 mil contos!

No nosso concelho, os grandes problemas permanecem — frisa a APU. Entretanto, a Câmara Municipal continua a não definir uma política de habitação social compatível com os interesses e necessidades da população. Permanecem os problemas da habitação degradada, do saneamento, dos caminhos, da água, etc. O desenvolvimento urbano processa-se desordenadamente, dada a inexistência de um plano de expansão disciplinador.

Considerando «catastrófica» a gestão dos eleitos do CDS

18 de Janeiro de 1934 Uma data na luta contra o fascismo um ensinamento para a unidade

Comemora-se hoje na Marinha Grande o 45.º aniversário do 18 de Janeiro. Festejada em liberdade desde 1975, essa data recorda profundamente aos trabalhadores portugueses o caminho árduo da unidade, os seus desaires e triunfos. Lembra a violência da repressão fascista e adverte contra os perigos e ameaças do presente.

O Movimento Sindical Unitário, representado pelo Sindicato dos Trabalhadores da Indústria Vidreira, com sede na Marinha Grande, organiza pelo quarto ano consecutivo a comemoração desse dia. Numa situação de reforço prático da unidade militante dos trabalhadores sindicalizados contra o divisionismo amarelo, o patronato reaccionário e o Governo MP/PPD, o 18 de Janeiro surge este ano com as suas lições de sempre. Mas uma delas se destaca. É a necessidade diária e indispensável de fortalecer sempre e cada vez mais a unidade orgânica do Movimento Sindical, de aumentar a eficácia da sua capacidade de resposta à escalada contra os direitos, liberdades e garantias dos trabalhadores organizados, de intensificar o trabalho de

massas e de organização sindical, reduzindo o divisionismo aos seus fundamentos, isolando-os cada vez mais das massas trabalhadoras.

É conhecido o papel do PCP na movimentação contra a fascização dos Sindicatos, que levou à jornada de 18 de Janeiro de 1934. A história da luta antifascista desses anos, sobretudo dos que vão de 1932 a 1934, com o reforço da ditadura, a promulgação da Constituição fascista e a saída do Estatuto do Trabalho Nacional (a carta dos "sindicatos" fascistas) revelará como o aventureirismo anarquista e as posições esquerdistas da época foram combatidas pelo PCP, que defendia as acções de massas, as greves e manifestações de rua contra o fascismo que se instalava e acabou por destruir os Sindicatos livremente criados pelos trabalhadores. A derrota do levantamento armado dos trabalhadores da Marinha Grande em 18 de Janeiro de 1934 e a violenta repressão instalada pelo fascismo logo a seguir devem-se, em larga medida, às influências anarquistas e esquerdistas no movimento operário que orientaram

o movimento para a greve insurreccional, sem que para ela estivessem criadas as condições necessárias.

Mas apesar dos erros, o 18 de Janeiro permanece na memória de todos os resistentes antifascistas como um grande marco na luta contra a fascização dos sindicatos e contra o fascismo. O 18 de Janeiro não se perdeu. O sacrifício e a luta não foram em vão. E sobretudo porque essa data não aparece isolada. É fruto de um movimento que prosseguiu, corrigindo os erros e adoptando a orientação preconizada pelo PCP onde saiu a luta dentro dos "sindicatos" fascistas e a preparação do movimento unitário que conduziu à criação da Inter-sindical em 1970.

Por outro lado, é conveniente lembrar que, antes do 18 de Janeiro, milhares de trabalhadores, lutando pela unidade e por uma frente única sindical contra a fascização dos Sindicatos participaram em numerosas assembleias, sobretudo em Lisboa, e em outras formas de luta contra os decretos fascistas.

O 18 de Janeiro não foi um acto isolado. Nele estava profundamente empenhado o esforço unitário, a unidade contra o fascismo, que levou à formação da Frente Única Sindical e nunca deixou morrer as acções unitárias contra a ditadura com o papel insubstituível que ali sempre representou o PCP.

Os trabalhadores revolucionários da Marinha Grande e de outros pontos do país, que sacrificaram a vida na luta pela unidade sindical, caindo vítimas da repressão que se seguiu ao 18 de Janeiro, exigem hoje, 18 de Janeiro, ao lado de tantos resistentes que sucumbiram antes do 25 de Abril, e sobretudo ao lado dos vivos, que aquela data não seja apenas exemplo, mas também esforço permanente no combate diário pelo reforço da unidade e pela defesa de todas as conquistas dos trabalhadores.

O programa

As comemorações começam às 9 horas com uma alvorada de foguetes e morteiros e com a Banda da Ilha (Pombal) percorrendo as ruas da Marinha Grande. Ao mesmo tempo abrirá uma venda de produtos da Reforma Agrária. Às 10 horas: homenagem a António Guerra, participante no 18 de Janeiro; por iniciativa da Comissão de Moradores, será dado o seu nome a uma rua do lugar do Salgueiro. 10 horas e 15: Início das provas de atletismo. 10 horas e 45: rotação ao cemitério com deposição de flores nas campas dos participantes no 18 de Janeiro. 12 horas e 30: almoço de confraternização (cada um leva o seu). 15 horas: *conflicto sindical com intervenções de um trabalhador que participou no 18 de Janeiro, de um representante da CGTP-IL e de um dirigente do Sindicato dos Vidreiros. Segue-se uma sessão de canto livre com Fernando Farinha, Alice do Carmo, David José, Tino Costa, Luísa Basto, Daniel Garcia, Indefonso Frade e Carvalhinho Junior. Para o fim, o programa anunciava um colóquio integrado no Ano Internacional da Criança.*



A repressão fascista não poupou meios. Até canhões fez deslocar para a Marinha Grande em 18 de Janeiro de 1934

Temas vários Cuba: 20 anos para transformar a vida

No penúltimo número do "Avante!", assinalámos o 20.º Aniversário da Revolução Cubana — esse acontecimento de grande relevância, que transformou na primeira pátria socialista do continente americano.

Hoje, adiantamos alguns dados e realidades muito significativas de vários aspectos da vida e do trabalho do povo cubano, que mostram bem que, em 20 anos de socialismo, foi toda uma realidade que o povo cubano transformou pelas suas próprias mãos.

Focamos o plano económico, a questão da educação e da saúde; porém, podíamos abordar também a cultura, o desporto, a organização popular — porque em todos estes sectores de uma vida entusiasticamente construída pelo povo cubano, é bem patente o crescimento harmonioso de um homem novo; crescimento harmonioso porque totalmente realizado numa sociedade nova.

A economia

O desenvolvimento alcançado pela economia cubana depois do triunfo da Revolução e, sobretudo nos últimos anos, é significativo. Foram superadas as condições anarquicas do anterior sistema de produção capitalista, que mantinha o país num estado de subdesenvolvimento económico e na mais vergonhosa dependência do imperialismo norte-americano.

O estabelecimento e aplicação de um sistema de planificação adequado nos principais ramos da economia — agricultura e indústria — o uso correcto das tecnologias existentes e a introdução de novas tecnologias asseguraram a realização com êxito de planos económicos substanciais.

Pode dizer-se que o actual desenvolvimento industrial de Cuba está, por outro lado, intimamente ligado ao aproveitamento eficaz dos recursos naturais. O sólido e impetuoso avanço do domínio da agropecuária, bem como as restantes actividades relacionadas com a agricultura, contribuem para a criação e desenvolvimento de uma indústria nacional destinada a criar os bens necessários para satisfazer as necessidades nacionais e, além disso, possibilita ainda que os excedentes sejam destinados à exportação.

A indústria açucareira é o principal recurso económico da Cuba Socialista, depois de ter subsistido aos duros golpes que lhe foram impostos pelo imperialismo no início da Revolução.

O primeiro plano de desenvolvimento da indústria açucareira foi executado no decorrer do quinquénio de 1966-70, período em que

a superfície ocupada pela cana do açúcar foi aumentada de 35 por cento, de tal modo que em 1970 se alcançou a maior safra de todos os tempos realizada em Cuba e em todo o mundo.

Nas últimas safras produziu-se um salto qualitativo na actividade açucareira: melhorou significativamente a qualificação dos operários, dos técnicos e do pessoal dirigente, foi ampliado o sistema mecanizado das colheitas, de tal modo que hoje se pode dizer que o desenvolvimento progressivo da produção da indústria açucareira está plenamente assegurado.

Iniciativas da Associação de Amizade Portugal-Cuba

Com o objectivo de comemorar o XX aniversário da Revolução Cubana, a Associação de Amizade Portugal-Cuba (AAPC) programou para os meses de Janeiro, Fevereiro e Março numerosas iniciativas de carácter cultural integradas no trabalho de divulgação da realidade de aquele país socialista. No passado dia 6, por exemplo, realizou-se em Almada uma sessão pública durante a qual foi projectado o filme cubano «Escola Nova». Na mesma cidade esteve patente até há poucos dias uma exposição sobre a arquitectura em Cuba. Na sede da Associação decorreu no passado dia 11 uma sessão comemorativa em que a intervenção de fundo sobre o significado da vitoriosa Revolução Cubana esteve a cargo de Carlos do Carmo sócio da AAPC.

Amanhã à noite realiza-se na Sociedade Portuguesa de Autores outra sessão pública

A indústria do tabaco é outra das realidades económicas da Ilha da Liberdade, ocupando cerca de 70 mil hectares. Em 1974, o valor da produção atingiu os 60 milhões de pesos em charutos e 132 milhões de pesos em cigarros. Também aqui, o desenvolvimento socialista veio abrir novos horizontes, sobretudo pela introdução de técnicas mais racionalizadas: assim, por exemplo, enquanto que em 1959 existiam mais de mil fábricas e pequenas empresas de produção de charutos, hoje funcionam 97 unidades.

Também no capítulo das exportações, a alteração é significativa: enquanto que em 1958, a exportação de charutos rondava os 12 milhões de pesos, em 1974 foi atingida a cifra de 28 milhões de pesos. Por sua vez, a exportação de cigarros passou de 140 mil para 10 milhões de pesos.

Na indústria do tabaco trabalham actualmente perto de 50 mil trabalhadores, dos quais mais de 26 mil são mulheres.

Também no sector da construção, os êxitos são elucidativos: os 85 mil trabalhadores que trabalhavam no sector em 1958 passaram a ser nos dias de hoje 275 mil. Pode dizer-se



Há muito que, na Ilha da Liberdade, o trabalho deixou de ser uma forma de exploração. Trabalhador em Cuba é participar na construção de uma vida melhor para todos

que a Revolução criou, neste sector, uma formidável força produtiva.

Cuba dispõe actualmente de 33 grandes e médias brigadas de construção industrial, 16 grandes brigadas de construção de barragens, 24 brigadas de construção de canais, 13 de vias férreas, 161 de estradas, 45 de autoestradas, 47 de pontes, 49 de casas para habitação e 42 para obras sociais, sendo ainda de realçar a existência de mais 150 microbrigadas para a construção de casas para habitação.

Por sua vez, no sector da pesca, os dados relativos a antes e depois da Revolução são também elucidativos: antes a captura ascendia a 22 mil toneladas, para um consumo médio de 4,8 quilos; em 1974 a captura atingiu as 165 mil toneladas e o consumo médio por habitante

ultrapassou os 10 quilos; as exportações passaram de 7 milhões de pesos em 1958 para 50 milhões em 1974.

A educação

Um milhão e novecentos mil alunos estavam, no ano de 1975, matriculados no ensino primário, dispo de 81 830 docentes e de 14 886 escolas; no ensino médio esses números eram respectivamente de 556 527, 42 495 e 945.

Basta dizer que, enquanto em 1958, o número total de estudantes em Cuba era de 811 mil, em 1975 esse número atingiu os 3 milhões.

A saúde

O estado sanitário do país antes da Revolução era péssimo; os médicos e as instalações hospitalares concentravam-se na capital, a medicina rural era inexistente.

Hoje, a situação transformou-se radicalmente: de 161 postos de socorro em estado precário existentes em 1958 passou-se hoje para 33 modernos centros policlínicos; o número de camas era de 28 mil em 1959, sendo em 1974 de 46 mil (quase o dobro); antes da Revolução, existia apenas um banco de sangue, enquanto que hoje existem 22, distribuídos por todo o país; em 1959, existia apenas uma Escola de Medicina, que formava cerca de 300 médicos por ano, enquanto que na actualidade 4 escolas formam por ano mais de 1300 médicos.

Refira-se, igualmente, que dos 6 mil médicos que existiam em Cuba antes da Revolução, cerca de metade deles abandonaram o país em consequência das criminosas manobras do imperialismo americano. Entretanto, Cuba dispõe hoje de mais de 10 mil médicos. Os gastos com a saúde pública, que eram de 20 milhões de pesos antes da Revolução, elevaram-se a 400 milhões de pesos em 1975.

constituíram a delegação portuguesa àquele Festival. Na altura serão projectados filmes e «slides».

Em Março decorrerão três importantes iniciativas: no dia 16 haverá na sede da «Portugal-Cuba» um encontro sobre poesia e música estando previsto um recital, no dia 22 reunirá a Assembleia Geral da AAPC para discussão e aprovação do Relatório e Contas referentes ao ano transacto; e no dia 30, o jornalista Vilaverde Cabral orientará uma sessão em que será tema a Conferência dos Países Não-Alinhados.

Conforme o «Avante!» referiu na altura, o Convénio assinado recentemente pela AAPC e pelo ICAP (Instituto Cubano para a Amizade com os Povos) abriu uma nova e importante etapa na vida da Associação, abrindo perspectivas para um maior reforço da cooperação entre aquelas organizações.



Ano Internacional da Criança (AIC)

Pioneiros de Portugal: o que vão fazer?

EMPENHADOS em que o Ano Internacional da Criança «não seja um fim a atingir, mas um meio, para que internacionalmente e em particular no nosso país, se mobilizem homens e mulheres, organizações, movimentos e personalidades, sectores governamentais e forças sociais, num grande esforço de unidade e cooperação para o desenvolvimento de acções que tenham em vista a criação de condições materiais e ético-morais para que as nossas crianças tenham uma infância mais feliz e tranquila e a garantia de um futuro seguro — os Pioneiros de Portugal orientam o seu programa de acção para o AIC nos seguintes princípios:

- Grande empenhamento na participação e dinamização de comissões locais que congreguem o maior número de estruturas existentes. As escolas e autarquias são estruturas fundamentais nestas comissões.
- Participação em todas as iniciativas e acções para as quais seja pedida a nossa colaboração, dentro dos nobres princípios do AIC.
- Ligação efectiva do

trabalho a desenvolver às crianças, de modo a que se sintam participantes na solução dos seus próprios problemas e na organização das iniciativas que lhe são dedicadas.

- Desenvolvimento de iniciativas recreativas e culturais viradas para a criança.
- Sensibilização dos adultos e das estruturas locais.
- Levantamento da situação e das necessidades locais das crianças tendo em conta a realidade.
- Elaboração e apresentação às estruturas competentes de soluções concretas e realistas dos problemas existentes.
- Como iniciativas já previstas, os Pioneiros de Portugal anunciam:
 - Distribuição (já em curso) da Declaração dos Direitos da Criança e do Manifesto dos Pioneiros;
 - Publicação nos boletins existentes de artigos alusivos ao AIC e de divulgação das diversas iniciativas;
 - Elaboração de boletins especiais dedicados às comemorações e de artigos para jornais locais e outros;
 - Formação de animadores e animação de grupos de crianças em

especial nas zonas mais desfavorecidas;

- Sensibilização da opinião pública através de colóquios, filmes, etc.;
- Realização de acampamentos, edição de materiais alusivos, de exposições, criação e animação de bibliotecas, festivais de cores e canções, festivais desportivos, visitas de estudo;
- Semana de Filme Infantil, Semana do Livro Infantil, Semana de Teatro Infantil;
- Realização de Espectáculos, Pintura de murais, etc.

Estas são apenas algumas das iniciativas previstas entre muitas outras. Os Pioneiros de Portugal esclarecem que não pretendem ter o exclusivo das iniciativas planeadas, «não só porque algumas são já prática de outras organizações, mas porque pensamos alcançar melhor os nossos objectivos e os do Ano Internacional da Criança, se este programa vier a ser assumido no todo ou em parte, alterado, ampliado ou melhorado e posto em prática por outras organizações ou comissões locais ou regionais que se constituam dentro dos princípios do AIC».

Quem no nosso País vai fazer o AIC?

AQUELES que independentemente da sua opção política desejam uma sociedade onde haja espaço para a infância feliz de todas as crianças.

Aqueles, homens e mulheres, sem filiação partidária mas empenhados na construção de um país onde a infância seja protegida, liberta de fome e carências.

Aqueles que lutaram nas fábricas, nas praças de jorna, nos trigais, nas searas de tomate e melão,

nos escritórios, nas escolas, e nas ruas.

Aqueles que fizeram de cada silêncio sofrido no fascismo, de cada revolta sufocada em repressão, uma experiência adquirida, uma estímulo para a luta, e nela somaram braços e vontades.

Aqueles que viram os filhos crescerem ao Deus dará, cedo explorados nas empresas e nos campos — e os que não chegaram a crescer por carências alimentares, sanitárias, de

assistência médica e outras.

Aqueles que viram os filhos partirem para uma frente de batalha que não era a sua e os que hoje suspiram de alívio porque a guerra colonial é já uma memória, dolorosa mas somente memória.

Aqueles que, embora podendo dar aos seus filhos uma infância minimamente protegida, não esqueceram as crianças do povo a que

pertencem e da sua felicidade fazem uma razão de luta por uma sociedade justa.

Aqueles, homens e mulheres, que querem conquistar para as crianças do Portugal de Abril, a infância que não tiveram.

Todos estes, os trabalhadores da cidade e dos campos, as camadas médias da população, o movimento sindical e popular, as autarquias, as forças democráticas, os

homens e mulheres que querem hoje construir o futuro das crianças, vão em cooperação, em acção unitária, fazer o Ano Internacional da Criança em Portugal. E não se deterão apenas em 1979 para ganhar o direito à infância para as crianças portuguesas: lutarão para que sejam praticados todos os dias de todos os anos, os Direitos da Criança consagrados na Declaração cujo 20.º Aniversário passa neste 1979.

Fim-de-semana pleno de actividade

O Conselho Nacional das Organizações e não Governamentais, CONG, realizou ontem, dia 17, uma Conferência de Imprensa na Federação das Colectividades, na qual informou os órgãos de Comunicação Social sobre as iniciativas da campanha de sensibilização da Opinião Pública para o AIC que decorrerão no próximo fim de semana, nos dias 20 e 21.

Eis algumas das realizações previstas para este fim de semana na campanha promovida pelo CONG:

Manhã desportiva nos recintos e com a colaboração do CACO — Clube Atlético de Campo de Ourique, do CDUL — Centro Desportivo Universitário de Lisboa, no Algué e Dafundo e no Ginásio Clube Português.

Tarde cultural, com entrada gratuita de grupos de crianças nos seguintes teatros: Fungagá, Adoque, Teatro Aberto, TIL, Grupo de Camilde, Grupo dos TLP, TIL de Loures,

Salimbancos, Grupo Dramático da Cooperativa de Sacavém, Centro Cultural dos Amigos do Barreiro, Praça Pública, Campolide, os Hipódromos (Cáxa Geral dos Depósitos), OTC — Oficina Teatro Comunicação, Centro Cultural de Évora e Teatro Experimental do Porto.

Durante esses dois dias, mantém-se a entrada gratuita nestes teatros de crianças e que igualmente se verificará em todos os museus.

Relativamente a transportes, está já assegurada a colaboração dos táxis da AUTOOCOOP, que por táxis à disposição das crianças diminuídas.

Comissão Unitária do Cacém: fim-de-semana de festa infantil

A Comissão Unitária do Cacém constituída para as comemorações do AIC (da qual

fazem parte os Pioneiros de Portugal, o Jardim Infantil Popular, MDM, os Bombeiros Voluntários do Cacém, o Clube Desportivo Estrela Vermelha do Cacém, a Cooperativa de Consumo COOPRIGO, O Grupo Desportivo do Bairro Azul, a Associação de Pais das Escolas Primárias do Cacém, a Cooperativa de Ensino do Cacém e a Junta de Freguesia do Cacém) promove várias iniciativas no próximo fim de semana:

No dia 20, às 21 e 30, um colóquio sobre a situação da criança em Portugal, no Atlético Clube.

No dia 21, domingo, concentração às 9 horas no Parque D. Maria com desfile e a banda dos Bombeiros do Cacém. Este desfile dirigirá-se à praça da Escola Secundária Ferreira Dias e Gama Barros onde se realizarão provas de Atletismo e uma prova de marcha, e comidas de sacos. As 15

horas haverá espectáculo no Aguvalva Clube com Filmes, canções e palhaços.

Festas de Pioneiros

Sucedem-se um pouco por toda a parte, comemorando a abertura do Ano Internacional da Criança. Em Alameda, no Centro de Trabalho do PCP, no passado domingo, dia 14, houve festa com jogos e fantoches, animada por Mário Castrom e pelos artistas Maria do Amparo, Carlos Moniz e Carlos Mendes.

Em Alcântara, o núcleo dos Pioneiros organizou no passado domingo uma festa na Academia de Santo Amaro. Mais de 120 pessoas, na maioria crianças, participaram no convívio, que incluiu fantoches, poemas, cores, teatro, filmes e canto com o grupo «Praça Pública». Houve distribuição de lanche e balões às crianças.

Em Aveiro, PCP abre o AIC

Para comemorar a abertura do Ano Internacional da Criança, a Comissão Concelhia de Aveiro do PCP realizou uma festa infantil nesta cidade no Ginásio da Escola Mário Sacramento, no passado domingo, dia 14. Além de canções infantis interpretadas por José Barata Moura, «houve fantoches e uma exposição» — vinda organizada com a colaboração dos Pioneiros de Portugal.

Torres Vedras, Pioneiros saudaram direitos da Criança

Entretanto, em Torres Vedras, no início deste ano, os Pioneiros distribuíram à população um comunicado em que «saudavam» as crianças de todos os povos do mundo "fazendo votos para que o novo ano lhes trouxesse mais alegrias e para que os seus direitos fossem cumpridos.

Semana

10 Quarta-feira 1920 — Entrada em vigor do Pacto da Sociedade das Nações.

Segundo o jornal «Bangkok World» o ex-vice-primeiro-ministro do Camboja, Ieng Sary, pediu asilo político à Tailândia...

11 Quinta-feira 1970 — Fim da guerra do Biafra.

As novas autoridades do Camboja anunciam a criação da República Popular do Kampuchea (Camboja) ao mesmo tempo que o presidente do Conselho Popular Revolucionário, Heng Samrin...

12 Sexta-feira 1972 — O MPLA estende a luta armada ao distrito de Cune.

Um guarda municipal é assassinado em Madrid por dois desconhecidos, que conseguem fugir. Erich Honnecker, secretário-geral do PSUA e presidente do Conselho de Estado da RDA...

13 Sábado 1951 — Greve geral em Itália contra a visita do general Eisenhower, presidente dos EUA; a polícia assassina quatro manifestantes.

Em entrevista publicada no «New York Times» o primeiro-ministro do Irão, Shapur Bakhtiar, declara que o Xá deixará o país na próxima quinta-feira e vai ser nomeado, hoje, um conselho de regência...

14 Domingo 1969 — São colocadas em órbita terrestre as naves soviéticas «Soyuz-4» e «Soyuz-5»; é feita a junção destas duas naves, constituindo-se assim a primeira estação experimental em órbita.

O «ayatollah» Khomeini, o principal adversário religioso do Xá do Irão, anuncia que já criou um Conselho Revolucionário Islâmico no Irão, que já começou a exercer as suas funções na clandestinidade...

15 Segunda-feira 1919 — Assassinato de Karl Liebknecht e Rosa Luxemburgo, dirigentes comunistas alemães.

A «Amnistia Internacional» revela que há pelo menos 17 000 presos políticos nas cadeias latino-americanas e mais de 30 000 pessoas desapareceram ou foram assassinadas por motivos políticos...

16 Terça-feira 1920 — O Senado norte-americano opõe-se à adesão dos EUA à Sociedade das Nações.

É noticiado oficialmente que o Xá do Irão partirá para o exílio enquanto é anunciado o próximo regresso ao país do «ayatollah» Khomeini...

América Latina: polarização de forças

Desde as vésperas do início da greve geral no Peru o país ficou sob o estado de emergência, com a suspensão de todas as garantias individuais e do direito de reunião...

São elementos que atestam dos problemas que se vivem no país, da profunda agudização da luta de classes, dos esforços e das consequências da intervenção do imperialismo através de um dos seus organismos económicos: o FMI...

Peru: partidos na Assembleia

Partido Comunista Peruano — nas condições de crise económica e de consolidação e ofensiva das forças da reacção, luta por «unir o povo em torno de um programa patriótico e de independência nacional»...

Europa: trabalhadores lutam por melhores salários

A Europa capitalista experimenta uma crescente dificuldade em impor o peso maior da crise às massas trabalhadoras. As tentativas de debelar a inflação, através de limitações do crescimento dos salários, enquanto os preços vão de facto ultrapassando sempre tal crescimento...

Os trabalhadores da Grã-Bretanha lutam por aumentos salariais acima do mínimo estabelecido pelo governo (5%). A greve dos camionistas de longo curso, a que o apoio sindical aumentou a dimensão, está-se a repercutir no conjunto de toda a economia nacional...

Guadalupe: debate à porta fechada

Reunidos na colónia francesa de Guadalupe, nas Antilhas, os quatro grandes do mundo capitalista debateram, usando ainda, significativamente, dos agonizantes privilégios coloniais, a situação internacional no início do ano de 79...

O presidente Carter, dos EUA, Giscard d'Estaing, presidente francês, o chanceler Helmut Schmidt, da RFA, o primeiro-ministro James Callaghan, da Grã-Bretanha — analisaram os acontecimentos que ocorrem no Irão, no Médio Oriente, na Turquia, no Paquistão, em África, o estreitamento de relações entre o mundo capitalista e a China...



A luta contra as ditaduras intensifica-se por toda a América Latina

poder democrático civil, pela defesa das conquistas revolucionárias; de outro, a arbitrária dissolução da Confederação Nacional Agrária (CNA), a deportação de dirigentes sindicais e jornalistas, os atentados contra o Partido Comunista e o Partido Socialista Revolucionário...

Partido Arista Peruano — anticomunista. Apoiado de facto o imperialismo utilizando uma fraseologia demagógica.

Partido Comunista Peruano — nas condições de crise económica e de consolidação e ofensiva das forças da reacção, luta por «unir o povo em torno de um programa patriótico e de independência nacional»...

Piquete de greve na Ford — na Grã-Bretanha

móveis, caminho de ferro, laboratórios cinematográficos, agências de viagens, restaurantes e hotéis. A greve da construção civil em Madrid abrange 110 000 trabalhadores enquanto as paralisações no sector metalúrgico...



Piquete de greve na Ford — na Grã-Bretanha

mobilizam mais de 140 000 operários. A Espanha vive uma situação particularmente complexa, com o reconhecimento do terrorismo. Aos 99 mortos, vítimas de atentados terroristas, registados em 1978, somam-se este ano dez, o que representa uma média de assassinatos de quase um por dia...

Uma ameaça potencial para o dólar, como moeda internacional.

Assinatura dos acordos «Salt-It» foi também debatida. Nas afirmações públicas referiu-se a necessidade da sua rápida concretização. O realismo político venceu finalmente — neste domínio — os arautos da guerra-fria, bem anichados no complexo militar-industrial? Os factos o dirão. Para já, a assinatura dos Salt-It representaria um primeiro passo na indispensável superação da perigosa curva actual da corrida armamentista. Um passo importante no novo ano que se inicia.

Os frutos da luta revolucionária de massas

ALGUMA coisa mudou no Irão nestes últimos dias. A luta contra a tirania prossegue. Quem toma decisões a nível governamental é de facto a Casa Branca. Decisões que passam mesmo pelo «despedimento» do Xá. Mas nessas próprias decisões, na demagogia que enforma o novo governo, no prosseguimento de uma monarquia já decadente, está presente, e de forma determinante, o poder da vontade de massas que mobiliza todo o país contra a ditadura...

Na cidade de Shiraz, no sul do país, manifestantes invadiram e incendiaram um edifício pertencente à polícia política do Xá — a sinistra Savak — que Shapur Bakhtiar prometera desmantelar, levando os arquivos e os instrumentos de tortura utilizados contra os patriotas presos. A iniciativa de massas, a poderosa envergadura do movimento popular, impõe situações novas, concretiza reivindicações de todo o povo iraniano, enquanto o imperialismo soma esforços para limitar o seu impulso...

Agostinho Neto: Socialismo como meta

Angola é um alvo que até agora tem escapado às ofensivas sorridentes ou carrancudas dos antigos colonialistas ou do imperialismo. Porque razão? Porque a nossa escolha, de regime social justo, a nossa opção de adoptar o socialismo, não é agradável a aqueles que sendo capitalistas conhecem os métodos de produção e distribuição socialistas, aqueles que compreendem que o socialismo impede a exploração do homem pelo homem...

Este é um excerto da importante alocução proferida pelo presidente da República Popular de Angola ao seu povo, camarada Agostinho Neto, em mensagem de Ano Novo. Começando, em nome do MPLA — Partido do Trabalho e do CC, do Conselho da Revolução e do governo da RPA, por endereçar votos de Bom Ano a todos os compatriotas e camaradas, onde ficaram expressas a muita determinação e confiança na realização dos planos de reconstrução nacional, de independência nacional e de evolução para o socialismo...



Camarada Agostinho Neto, Presidente da República Popular de Angola

que a técnica militar, para ser útil à transformação para o socialismo, deve estar ao serviço do povo e ser, de facto, o agente de segurança nacional, dependente do Poder Popular para a independência, a soberania e a integridade do território pátrio.

Finalmente em relação ao sector económico o camarada Agostinho Neto, recordando que em 1978 se pusera o assento no desenvolvimento da agricultura, considerou que neste novo ano não se podia nem devia, tanto no sector industrial como agrícola, criar a mentalidade de meros fornecedores de matérias-primas, em que o país é rico, e sim transformar essas matérias-primas e torná-las, em primeiro lugar, úteis ao povo angolano.

Na próxima 4ª feira, dia 24: Grande Jornada pela Reforma Agrária!

Em diversas reuniões, os trabalhadores de diversos sectores de actividade, e muito particularmente os das UCPs/Cooperativas têm vindo a debater a jornada de paralisação de dia 24, inserindo-a no movimento de defesa da Reforma Agrária, instrumento essencial para o desenvolvimento e progresso da agricultura e da economia portuguesa. Somam-se as adesões de trabalhadores de outros distritos. Numa das reuniões preparatórias realizadas em Évora participaram 221 representantes de 171 organizações (sindicatos, delegados sindicais, comissões de trabalhadores e Câmaras Municipais). Nesta reunião foi constituída a Comissão Coordenadora Distrital da Jornada de Luta.

No distrito de Évora, o sector agrícola paralisará todo o dia. Os outros sectores a partir das 14 e 30 por um espaço de 2 a 4 horas. Nos restantes distritos, estão em marcha diversas formas de solidariedade para o mesmo dia.

De acordo com as decisões de âmbito distrital, decidiu-se nesta reunião que a paralisação no distrito de Évora fosse acompanhada de três grandes concentrações a realizar às 15 horas no dia 24, nos seguintes locais:

Évora — Templo de Diana, para onde convergirão os trabalhadores dos concelhos de Arraiolos, Évora, Portel, Redondo, Reguengos, Viana do Castelo, Mora e Mourão.

Estremoz — Largo do Pelourinho, para onde deverão deslocar-se os trabalhadores

dos concelhos de Alandroal, Borba, Vila Viçosa e Estremoz.

Montemor-o-Novo — Frente à Câmara, onde se concentrarão os trabalhadores dos concelhos de Montemor e Vendas Novas.

Aderir à paralisação de 4.ª-feira, porquê?

Num comunicado da União dos Sindicatos do Distrito de Évora, da União Sindical de

Corticeiros de Évora e Beja, Enfermeiros da Zona Sul, Têxteis, Lanifícios e Vestuários do Sul, Químicos do Sul, Serviço Doméstico, Técnicos de Desenho, Celulose e Papel do Sul, Ferroviários do Sul, Indústrias de Bebidas e Cerâmicos do Sul, é dada a resposta a esta questão.

1 — Porque as condições de vida e de trabalho agravam-se dia-a-dia:

a Contratação Colectiva, por outro lado o desemprego é um espectro constante para muitos trabalhadores e nas empresas dia-a-dia aumenta a repressão e intimidação sobre os trabalhadores; Há dezenas de milhar de trabalhadores com os salários em atraso, só no Distrito de Lisboa são cerca de 50 000, os Reformados e os Pensionistas vêem a sua situação a agravar-se dia-a-dia.

encargos de vária ordem, de entre eles as elevadas taxas de juro, receitas pelo FMI e Banco Mundial; As elevadas taxas de juro, a dificuldade de obtenção de crédito com juro bonificado e a falta de apoio técnico são alguns dos grandes problemas com que se debatem as empresas e aos quais o Governo não dá resposta; O pequeno comércio vai tendo cada vez mais

entregues acarretariam o desemprego para mais de 14 000 trabalhadores; Já foram destruídas 12 UCPs/Cooperativas e lançados no desemprego 12 900 trabalhadores, foram espancadas e feridas mais de 600 pessoas; Este é o resultado da corrupção, das ilegalidades e da repressão cometidas pelo MAP na aplicação da "Lei Barreto";

A "Lei Barreto" tem que ser suspensa e revogada, porque a sua aplicação traz o desemprego, a fome e a miséria e prejudica a economia nacional;

A destruição da Reforma Agrária e a consequente reconstituição do poder dos "grandes senhores da terra" seria um passo importante para a destruição do regime democrático e o regresso ao 24 de Abril/74.

4 — Porque o Governo de direita não defende os interesses do País:

«A composição e o programa do Governo são manifestamente contrários à Constituição e aos ideais do 25 de Abril, pois o seu sentido é de ataque aos direitos, liberdades e conquistas dos trabalhadores e a continuação de uma política suicida de submissão dos interesses nacionais ao imperialismo;

O Governo quer rever a legislação do trabalho para pior (lei dos despedimentos, contratos a prazo, contratação colectiva e outras), exemplo disso é a arbitrária e inconstitucional decisão de proibir a existência de Comissões de Trabalhadores na Função Pública;

«A DORA do PCP confia na grande capacidade de mobilização dos trabalhadores e na sua firme disposição de não permitirem que a Reforma Agrária seja destruída, confia que as grandes provas de solidariedade já prestadas a esta histórica conquista pelos trabalhadores dos vários sectores e camadas sociais mais uma vez sejam demonstradas no dia 24. Confia na solidariedade activa dos pequenos e médios agricultores, comerciantes e industriais, tão duramente afectados pela política antinacional de recuperação capitalista praticada pelos governos sucessivos PS,



Defender a Reforma Agrária para defender o futuro das crianças filhas dos trabalhadores, para lhes garantir uma vida livre e feliz

trabalhadores e a unidade de todos os democratas e antifascistas, é urgente e necessária;

A paralisação do dia 24 tem como objectivo central a defesa da Reforma Agrária, no entanto, os problemas que se colocam aos trabalhadores e a outras camadas sociais de mais baixos rendimentos, são muitos e muito amplos e plenamente justificativos desta jornada de luta.

«A unidade e a luta organizada de todos os

O povo defenderá a Reforma Agrária!

Dia 24 de Janeiro, de Norte a Sul de Portugal, centenas de milhares de portugueses, em acções diversas, reclamarão:

- Suspensão imediata e revogação da «Lei-Barreto»!
- Fim da violência, das arbitrariedades e irregularidades do IV Governo e do MAP!
- Respeito pela viabilidade e autonomia das UCPs/Cooperativas Agrícolas!
- Restituição das terras às UCPs/Coop., destruídas ou afectadas!
- Expropriação dos 700 mil hectares de terra e sua entrega aos operários agrícolas e pequenos e médios agricultores!

— Não à sabotagem dos agrários; não ao saque dos bens dos trabalhadores!

— Não ao desemprego — não aos despedimentos — não ao aumento do custo de vida!

— Agrários fora do MAP e das UCPs/Cooperativas!

— Crédito com taxas de juro acessíveis para as UCPs/Cooperativas, para os agricultores e para as pequenas e médias empresas!

— Uma política correcta de comercialização e preços!

— A terra a quem a trabalha!

— Um governo democrático — uma política democrática!

2 — Porque se agudiza a situação aflitiva das pequenas e médias empresas:

«Muitas empresas viram as suas vendas diminuídas em 1978 e têm para 1979 uma fraca carteira de encomendas; A maioria das pequenas e médias empresas que no seu conjunto empregam a maioria dos trabalhadores vivem uma situação aflitiva, não motivada pelos salários, mas sim, pelos

dificuldades, se os trabalhadores não têm dinheiro para comprar, os comerciantes não têm a quem vender, a continuação desta situação conduzirá a falências em série e consequentemente a mais desemprego».

3 — Porque a Reforma Agrária não pode ser destruída:

«No Distrito de Évora há cerca de 1000 reservas pedidas que se fossem

Montemor-o-Novo e dos Sindicatos Agrícolas de Évora, Construção Civil, Pedreiras e Madeiras do Alentejo, Comércio e Serviços de Évora, Transportes Rodoviários de Évora, Químicos e Moagens do Centro e Sul, Rodoviários e Garagens do Centro e Sul, Hotelaria e Restaurantes do Sul, Indústrias Alimentares, Indústrias Eléctricas do Sul, Gráficos do Sul, Função Pública da Zona Sul,

«O custo de vida continua a subir galopantemente, só em 1978 atingiu mais de 25% e continua em vigor uma lei que liberaliza o regime de preços;

Os impostos sobre os rendimentos do trabalho são elevadíssimos;

O Governo continua a querer congelar os salários em 20%, e conjuntamente com o grande patronato boicotam

DORA DO PCP apoia a jornada de 4ª feira

Num comunicado dirigido aos trabalhadores da cidade e do campo, aos operários e empregados, aos pequenos e médios agricultores, comerciantes e industriais; às mulheres, aos jovens e a todos os democratas, a Direcção da Organização Regional do Alentejo do PCP manifesta o seu apoio à jornada de luta de 4.ª-feira.

Depois de denunciar a ofensiva de direita do MAP do Governo de Mota Pinto como uma tentativa de liquidação da Reforma Agrária, a DORA do PCP afirma:

«A Direcção da Organização Regional do Alentejo do Partido Comunista sempre esteve, está e estará com a Reforma Agrária, com os trabalhadores na luta em defesa dos seus interesses vitais.

«Sempre esteve, está e estará com os valerosos trabalhadores da Reforma Agrária que, com o seu trabalho heróico e patriótico, puseram a produzir milhares de

hectares de terras abandonadas e que apesar da brutal ofensiva, realizaram as sementeiras de Inverno e prepararam o Encontro Regional para discutir a campanha de culturas de Primavera de 1979.

«A Direcção da Organização Regional do Alentejo do PCP, apoia a paralisação do dia 24 de Janeiro, promovida pelas Uniões dos Sindicatos, pelos Sindicatos dos Trabalhadores Agrícolas, pelos Secretariados e Uniões das UCPs e Cooperativas dos 5 Distritos da zona de intervenção da Reforma Agrária e pela Comissão Organizadora da 3.ª Conferência da Reforma Agrária.»

Unidos venceremos

«Consciente de que só com a unidade firme de todos os trabalhadores em torno

das suas organizações de classe a Reforma Agrária e as restantes conquistas de Abril serão defendidas, a Direcção da Organização Regional do Alentejo do PCP apela a todos os seus militantes e simpatizantes a participarem activamente na grande jornada de luta no dia 24.

«A DORA do PCP confia na grande capacidade de mobilização dos trabalhadores e na sua firme disposição de não permitirem que a Reforma Agrária seja destruída, confia que as grandes provas de solidariedade já prestadas a esta histórica conquista pelos trabalhadores dos vários sectores e camadas sociais mais uma vez sejam demonstradas no dia 24. Confia na solidariedade activa dos pequenos e médios agricultores, comerciantes e industriais, tão duramente afectados pela política antinacional de recuperação capitalista praticada pelos governos sucessivos PS,

PS/CDS, Nobre da Costa e de Mota Pinto/PPD.

«Pelo entusiasmo e adesões já conhecidas em todo o País esta será uma das maiores, se não a melhor, jornada patriótica em defesa da Reforma Agrária.

«Por muito que custe às forças da reacção, a Reforma Agrária será defendida.

«As forças patrióticas que estão com a democracia e o progresso social têm força capaz de travar o passo à política de instauração do poder dos monopólios, dos latifundiários e de submissão ao imperialismo seguida desde o VI Governo Provisório até agora ao Governo Mota Pinto.

Suspensão e revogação da «Lei-Barreto»!

Fim à ofensiva! Respeito pela viabilidade e autonomia das UCPs e Cooperativas!

A terra a quem a trabalha!

Avante pela defesa da Reforma Agrária!

Viva Portugal Democrático, Livre e Independente a Caminho do Socialismo!»



Defender a Reforma Agrária, para defender o trabalho e o pão dos trabalhadores

Ferroviários Uma Conferência de combate em defesa da CP

A Conferência Nacional dos Sindicatos Ferroviários começa no próximo sábado, dia 20, no Entroncamento. Durante dois dias, participarão nos trabalhos, que terminam no domingo, os representantes de mais de 20 mil trabalhadores em actividade nos Caminhos de Ferro Portugueses. Dirigentes e delegados sindicais, juntamente com membros das Comissões de Trabalhadores, vão analisar e apresentar propostas para resolver problemas de solução inadiável que interessam fundamentalmente a uma grande empresa nacionalizada, cuja crise se agudiza dia-a-dia com graves reflexos em todo o sector dos transportes e com perigo evidente para milhares de postos de trabalho.

Nacional, para além da sua acção específica de dinamização sindical e de reforço da unidade dos trabalhadores, servirá para a defesa da CP como empresa nacionalizada, irreversivelmente nacionalizada, a necessitar apenas de uma correcta gestão e de um Plano realista de Transportes de âmbito nacional.

Com salários e outras remunerações pagas irregularmente, com atrasos que todos os meses criam a insegurança na empresa, a luta pelo cumprimento integral do ACT (Acordo Colectivo de Trabalho) será tratada na Conferência como um dos objectivos mais importantes a curto prazo, no âmbito das reivindicações fundamentais respeitantes à contratação colectiva.

Nesse campo, os trabalhadores muito têm a defender. Depois do 25 de Abril, os salários foram aumentados substancialmente, mediante a conquista da livre contratação colectiva. Eliminaram-se muitas categorias profissionais intermédias que não se justificavam. Obteve-se o complemento do subsídio de doença. Criou-se um regime de turnos e repouso muito mais justo.

O descanso semanal de 48 horas seguidas foi institucionalizado como conquista dos trabalhadores como o foram também, nomeadamente, as férias, subsídios de férias, cláusulas sobre faltas e o décimo terceiro mês. Essas garantias, regalias e direitos duramente alcançados,

perante os ataques a que estão submetidos, precisam de uma defesa eficaz que reclama o reforço constante da unidade.

Para isso servirá também a Conferência, que conta a contratação colectiva entre os seus objectivos fundamentais.

CONFERÊNCIA NACIONAL DOS SINDICATOS FERROVIÁRIOS

REFORÇAR A UNIDADE DOS TRABALHADORES

DEFENDER AS NACIONALIZAÇÕES

DEFENDER OS DIREITOS E INTERESSES DOS TRABALHADORES

Entroncamento 20-21 Janeiro 1979

Hidratos de Carbono do Sul — um só Sindicato para um amplo sector

Os trabalhadores das indústrias alimentares de hidratos de carbono passam a dispor no Sul de um único Sindicato. Concluído o processo de dinamização, conduzido desde Agosto de 1976 com amplo esclarecimento e participação democrática, a Assembleia Constituinte, convocada por 6 Sindicatos, decorrerá em Lisboa, no Pavilhão do Clube Atlético de Campo de Ourique, no próximo domingo. Além da constituição do Sindicato, a ordem de trabalhos inclui a discussão e aprovação dos respectivos Estatutos e a eleição da Comissão Directiva Provisória, cujas funções abrangem a preparação das eleições para a nova organização sindical, que nasce sob o signo da verticalização e da unidade e dentro dos princípios aprovados no Congresso de Todos os Sindicatos em fins de Janeiro de 1977.

Os Sindicatos dos Trabalhadores das Indústrias Alimentares de Hidratos de Carbono do Sul resulta essencialmente da fusão já efectuada entre os Sindicatos das Indústrias de Panificação e Produtos Alimentares Afins dos Distritos de Lisboa, Setúbal, Leiria, Santarém, Portalegre, Évora, Beja e Faro, e da adesão do sector de doçarias. A torrefacção de café, ramo também incluído no novo Sindicato, já está integrada na Panificação. Brevemente o processo de verticalização dará novo passo com a adesão das moagens, açúcar e empacotamento de açúcar.

Votações maíças em todos aqueles distritos aprovaram uma moção idêntica que levou à fusão, sem votos contra e apenas com 5 abstenções no total. Para além dos aspectos

administrativos, cuja resolução competirá à Comissão Directiva Provisória a eleger no próximo domingo, a referida moção destaca o elevado interesse de todo o processo que respondeu «a um primeiro e decisivo passo na reestruturação sindical do sector da indústria alimentar». Com a adesão do Sindicato da Doçaria votada maioritariamente com uma margem folgadoíssima de apenas 35 votos contra em 2093 votantes, com a realização de 213 plenários de empresa, até 5 do corrente, em que participaram cerca de 6000 trabalhadores, o Sindicato dos Carbonos do Sul nasce para abranger um largo sector de actividade que, depois do processo concluído, interessará directamente a mais de 20 mil trabalhadores, incluindo os 11 mil já abrangidos pela panificação e doçarias.

Conduzido com ampla mobilização, no contacto directo com os trabalhadores interessados, nas empresas e nos Sindicatos, dentro dos princípios mais rigorosos da democracia sindical, o processo que levou à constituição do novo Sindicato foi um processo unitário integrado no combate ao divisionismo e ao pluralismo sindical, na via da verticalização e da reestruturação preconizada pelo Programa de Acção aprovado no Congresso de Todos os Sindicatos para defesa e progresso da unidade do Movimento Sindical Unitário encabeçado pela CGTP-IN. A criação de um grande Sindicato é uma nova arma contra os amarelos e contra a pulverização sindical imposta pelo fascismo e perseguida com os paralelos pelos divisionistas da «UGT».



Centenas de reuniões prepararam o grande sindicato que nascerá no domingo

Organizada pela Federação dos Sindicatos Ferroviários no cumprimento do seu Programa de Acção, a Conferência Nacional foi preparada por uma Comissão em que participaram o Secretariado da Federação e representantes dos sindicatos. Segundo os documentos previamente distribuídos para análise, debate e apresentação de propostas e sugestões de alteração, a Conferência discutirá e proporá soluções sobre a situação da empresa, o controlo de gestão, a organização sindical, a contratação colectiva e a informação.

De acordo com «O Ferroviário», jornal da Federação dos Sindicatos Ferroviários que em boa hora reapareceu, a Conferência

O PCP e a defesa da democracia face aos planos da reacção

**Documento aprovado na Reunião Plenária
do Comité Central do PCP
15 de Janeiro de 1979**

PARTIDO COMUNISTA PORTUGUÊS



I

O GOVERNO MOTA PINTO E OS PLANOS PARA A LIQUIDAÇÃO DO REGIME DEMOCRÁTICO

1. Uma situação de facto anticonstitucional

O Governo Mota Pinto, no seguimento do Governo Nobre da Costa, está a criar uma situação de facto que desrespeita o quadro constitucional do regime democrático português.

«Apartidário» em palavras mas realmente Governo PPD com apoio do CDS e, de outras organizações reaccionárias, o Governo Mota Pinto é um Governo do patronato reaccionário, antipopular, sem maioria parlamentar, sem qualquer correspondência com a vontade popular expressa nas últimas eleições para a Assembleia da República.

O seu programa, a sua orientação e a sua prática governativa desrespeitam ostensivamente os preceitos constitucionais. O Primeiro-Ministro contesta o princípio da representação proporcional e os limites da revisão constitucional, não ocultando a sua oposição à Constituição, lei fundamental do País que o seu Governo, como qualquer governo, tem estrita obrigação de cumprir.

Esta situação representa por si própria um grave atentado e uma séria ameaça para o regime democrático.

Os objectivos políticos do Governo Mota Pinto não são resolver os gravíssimos problemas nacionais, como se impõe, mas intensificar a ofensiva inconstitucional, ilegal e arbitraria contra os trabalhadores e as classes e camadas laboriosas e contra as transformações democráticas alcançadas após o 25 de Abril e consagradas na Constituição.

2. Política de exploração dos trabalhadores e de ruína das classes médias

Intelramente ao serviço dos interesses das classes exploradoras, o Governo intensifica ainda mais a política de exploração dos trabalhadores, prossegue o congelamento de facto da contratação colectiva e dos salários, decide arbitraria e ilegalmente a contenção das revisões salariais ao nível dos 20% (cujo prazo de aplicação já expirara), liberaliza e aumenta vertiginosamente preços incluindo de artigos fundamentais de consumo, fomenta os despedimentos ilegais e o desemprego, arruina e conduz à falência milhares de pequenos e médios agricultores, comerciantes e industriais, agrava a situação de mulheres e de jovens, de reformados e deficientes.

A política de restauração do poder económico e político do grande capital e dos latifundiários atinge os interesses não apenas dos trabalhadores, mas também das classes médias.

Os pequenos e médios agricultores e rendeiros debatem-se com brutais subidas do custo de factores de produção, com a fixação de preços não compensadores nem garantidos, com as dificuldades de escoamento, com as restrições de crédito e altas taxas de juro, com as importações desnecessárias de produtos agrícolas, com os elevados impostos, a falta de assistência técnica, de um seguro nacional agro-pecuário e de uma

previdência rural condigna. Os rendeiros são vítimas de esbulhos, arbitrariedades, violências e acções de despejo movidas pelos senhorios ricos protegidos pela lei do PPD.

Os intelectuais e quadros técnicos, cada vez mais remetidos à condição de executantes, sem voz activa na condução da sua própria actividade, vêem agravados intoleravelmente todos os seus problemas socioprofissionais e cada vez mais fechada a perspectiva de colocarem de facto o seu saber e capacidade de criação ao serviço do progresso cultural e material do seu povo e do seu País.

Os pequenos e médios comerciantes e industriais atravessam uma situação cada vez mais difícil e debatem-se com problemas para que não encontram solução. A diminuição das vendas, provocada pela recessão económica e pela diminuição do poder de compra da população, as dificuldades no crédito, os altos impostos e as elevadas taxas de juro conduzem muitas pequenas e médias empresas à ruína e à falência em benefício exclusivo do grande capital que reinicia o processo de acumulação, centralização e concentração de capitais.

A frente do grande patronato reaccionário (CIP-CAP-CCP) aparece agora a procurar atrair demagogicamente os pequenos e médios empresários, mas na realidade actua para a sua completa ruína.

Tal como os trabalhadores, as classes médias estão vitalmente interessadas em fazer frente à ofensiva da reacção e em defender e consolidar a democracia portuguesa e as suas conquistas.

3. Ofensiva contra a Reforma Agrária e as nacionalizações e reconstituição dos latifúndios e dos monopólios

Tendo no MAP uma equipa de agrários reaccionários, o Governo prossegue a violenta, arbitrária e ilegal ofensiva contra as UCPs e Cooperativas.

O Governo continua a atribuir reservas de forma ilegal, abusiva e, em alguns casos, fraudulenta, tendo destruído já algumas UCPs e Cooperativas. Continua a tentar por todos os meios estrangular económica e financeiramente as UCPs e Cooperativas, ao mesmo tempo que dá facilidades, apoios, subsídios e indemnizações aos grandes agrários. Mantém os cortes de crédito agrícola de emergência. Não paga à Reforma Agrária as dívidas do Estado. Ameaça retirar pela força gados e máquinas para pagamento do crédito de emergência em atraso. Impede a construção de pequenas barragens e outras obras hidráulicas essenciais ao aumento da área de regadio e da pecuária. Mantém a celerada lei da cortiça.

O Governo procura manifestamente destruir a Reforma Agrária e restaurar os latifúndios e o regime de exploração latifundiária apesar da expressa proibição da Constituição.

As nacionalizações são atacadas por processos e métodos cada vez mais diversificados. Com uma política de discriminação a favor das empresas capitalistas (crédito, preços, investimentos), o Governo procura criar insuperáveis dificuldades financeiras e de gestão às empresas nacionalizadas, de forma a preparar as condições para a reprivatização daquelas em que o grande capital esteja interessado. Admite a constituição de empresas privadas em sectores nacionalizados como é o caso das sociedades financeiras, de natureza parabancária, com vistas à criação inconstitucional de futuros bancos. Vende ou ameaça vender empresas controladas pelo Estado ou por ele participadas (Alco, Somar, etc.). Não faz cumprir o Decreto-Lei 215/77 que obriga à integração das empresas participadas no IPE. Entrega a gestão das nacionalizadas a inimigos das nacionalizações. Encara a possível atribuição aos capitalistas de participações do Estado a título de indemnizações.

Através das mais escandalosas decisões, sem querer saber das situações concretas nem da opinião dos trabalhadores (que deveriam obrigatoriamente ser consultados), **o Governo restitui empresas intervencionadas ao patronato sabotador**, responsável de verdadeiros crimes contra as mesmas empresas, contra os trabalhadores e contra o País, abrindo caminho em alguns casos à sua venda ao desbarato a grupos financeiros internacionais (Têxteis Jacinto, Construções Técnicas, Moali, etc.).

Com estas medidas anticonstitucionais e ilegais, com uma política económica e financeira que privilegia o grande capital e os latifundiários, com a cedência que lhes é feita de terras e empresas incluindo algumas em que a participação do Estado é maioritária, com monstruosas indemnizações (no sector bancário, o valor provisório das indemnizações foi fixado em 18 milhões de contos, quando o capital próprio corrigido das empresas é apenas de 12 milhões), — **o Governo está abrindo caminho à reconstituição dos latifúndios e dos monopólios, apesar de expressamente proibida pela Constituição e de se tratar de matéria que não pode ser alterada em futura revisão constitucional.**

4. Violação dos direitos dos trabalhadores e assalto à comunicação social.

A limitação dos direitos e liberdades dos cidadãos e a adopção de práticas arbitrárias e despóticas acompanham a intensificação da ofensiva contra os trabalhadores e as conquistas democráticas do povo.

O Governo recusa inconstitucionalmente o direito de actuação legítima das Comissões de Trabalhadores na Função Pública. Impede a acção dos trabalhadores para esclarecimento de possíveis irregularidades e fraudes (Gabinete da Área de Sines).

Usando termos usuais antes do 25 de Abril, o Primeiro-Ministro insulta as Comissões de Trabalhadores e anuncia a modificação das leis de

trabalho (entrevista à «A Capital», 4.1.79), visando manifestamente criar os instrumentos jurídicos para que o patronato possa agravar ainda mais as condições de vida dos trabalhadores, diminuindo salários, intensificando a exploração, a vaga de despedimentos, a repressão nos locais de trabalho.

Nos órgãos de comunicação social estatizados, o Governo viola os princípios do pluralismo e da independência, atentando seriamente contra as liberdades de informação e de expressão. Demite e afasta arbitrariamente democratas (incluindo socialistas), reconduz e nomeia reaccionários, procura inviabilizar jomais democráticos, prepara a reprivatização do Rádio Clube, fabrica ilegalmente um estatuto de excepção na RDP, pretende limitar o papel dos Conselhos de Informação, vai transformando a comunicação social, que é paga com os dinheiros públicos, em instrumento do grande patronato, da reacção e das suas campanhas de desinformação e intoxicação da opinião pública portuguesa.

A justificação de decisões arbitrárias é ilegais com proclamações de um anticomunismo primário, apenas confirmou os métodos ilegais e arbitrários do ministro, que assim faz recordar as práticas do tempo do fascismo.

5. O objectivo da integração no Mercado Comum e as ingerências da NATO

O objectivo da Integração no Mercado Comum como instrumento de destruição das conquistas da Revolução e do regime democrático é agora abertamente proclamado.

Afirma-se a necessidade de «readaptação» das estruturas socioeconómicas e da legislação do trabalho de forma a identificar-se com as dos países do Mercado Comum, o que significa a exigência da restauração do capitalismo monopolista de Estado, que nesses países impera e que em Portugal foi liquidado pela Revolução. No recente «Congresso» da CIP-CAP-CCP (escandalosamente apoiado pelo Governo e serviços de Ministérios) ousa proclamar-se a necessidade da revisão constitucional como condição para a integração no Mercado Comum.

A par das pressões económicas, acentuam-se pressões militares. As pressões da NATO sobre

a política interna portuguesa são cada vez mais abertas e arrogantes. Nas posições do Governo em política externa pesam de forma crescente, em oposição ao Artigo 7.º da Constituição e aos Acordos de Helsinquia, considerações de ordem política e militar dignas do tempo da guerra fria.

O CC do PCP adverte dos perigos que para a democracia e a independência nacional provêm de uma atitude de subserviência e capitulação perante pressões e ingerências externas, que em alguns casos os próprios governos promovem.

6. Recuperação capitalista — desastre nacional

Como numerosas vezes o PCP tem insistido, a política de recuperação capitalista, latifundista e imperialista satisfaz as ambições e os interesses de uma reduzida camada de exploradores contra os interesses e o bem-estar da maioria esmagadora da população, mas não resolve nem poderá resolver nenhum dos grandes problemas nacionais.

Os resultados prometidos e os resultados alcançados pelos governos PS e PS-CDS aí estão para prová-lo.

O congelamento de salários, as subidas constantes e brutais dos preços, o agravamento das condições de vida do povo, as restrições do crédito e aumento das taxas de juro a níveis incomportáveis, a desvalorização do escudo (calculada pelos governos de 6% de 6 em 6 meses mas que atingiu de facto em 1977 e 1978 mais de 40%), tudo foi justificado pela necessidade e com a promessa da recuperação económica do País.

O resultado foi que o défice da balança comercial passou de 50 milhões de contos em 1975 para 100 milhões em 1977 e previsivelmente para 130 ou 140 milhões em 1978. E a dívida externa passou de 100 milhões de contos em fins de 1976 para 200 milhões em fins de 1977 e deve ter atingido 300 milhões em fins de 1978. **A dívida externa custará anualmente ao País, só em juros mais de 20 milhões de contos.**

A conjuntura económica, ao principiarem o ano de 1979, caracteriza-se pela continuação do agravamento das condições de vida dos trabalhadores e da população laboriosa, pela continuação do



aumento dos preços (mais de 25% em 1978, segundo cálculos governamentais), pelo abrandamento do ritmo de crescimento da produção (indústria transformadora e energia) e dos investimentos, pelo decréscimo da utilização da capacidade das indústrias produtoras de bens intermédios e de consumo (designadamente nas pequenas e médias empresas), pela baixa da produção agrícola e da pesca, pela crescente dependência em relação ao imperialismo estrangeiro.

A política de recuperação capitalista, latifundista e imperialista é uma política de desastre nacional. É urgente a sua substituição por uma política democrática que resolva os problemas nacionais e defenda os interesses do povo e da Pátria.

7. Os planos da reacção para liquidar o regime democrático

A política e a actuação do Governo Mota Pinto têm de considerar-se inseridas na estratégia das forças reaccionárias visando a liquidação do regime democrático.

O CC do PCP chama a atenção para a convergência das iniciativas, actuações e propostas do Governo Mota Pinto, dos partidos reaccionários (PPD, CDS, PPM, PDC, MIRN e outros), das organizações do grande patronato reaccionário (CIP, CAP e CCP) e de elementos de direita do PS, numa exigência simultânea (justificada com os mais variados pretextos) da revisão radical da Constituição ou mesmo duma nova Constituição, tendo em vista a liquidação do regime democrático.

Os factos mostram que os planos da reacção têm no momento presente os seguintes objectivos fundamentais:

- 1.º Procurar no mais curto espaço de tempo restaurar as formas brutais da exploração capitalista, fazendo baixar radicalmente os salários reais, garantindo lucros crescentes, estimulando a dinâmica de acumulação capitalista, limitando as liberdades e direitos dos trabalhadores, instaurando um clima de repressão e intimidação nos locais de trabalho e entregando ao grande capital e aos latifundiários centenas de milhões de contos de indemnizações.**
- 2.º Procurar no imediato e com a possível rapidez destruir ou inviabilizar as nacionalizações e a Reforma Agrária e entregar de novo empresas, terras, recursos financeiros do Estado e toda a economia nacional ao grande capital e aos grandes latifundiários, como passo para a restauração do capitalismo monopolista de Estado liquidado pela Revolução.**
- 3.º Instaurar de facto no imediato na prática governativa uma situação anticonstitucional, em aberta violação dos princípios e das normas democráticas.**
- 4.º Intensificar a depuração do aparelho de Estado dos democratas e patriotas, assaltar os postos-chave, entregar a fascistas e reaccionários os lugares de chefia dos Ministérios, da vida económica, da comunicação social.**

- 5.º Tentar eliminar nas Forças Armadas o 25 de Abril, entre outros aspectos paralisando e apressando o desaparecimento do Conselho da Revolução, não para pôr fim à influência do factor militar na vida política portuguesa, mas para substituir a actuação deste órgão de soberania como garante da democracia por uma nova hierarquia reaccionária que, contra a vontade do povo, venha a ser garante do poder restaurado dos monopólios e latifundiários.**

No quadro deste objectivo insere-se a atitude dúplice de certas forças e elementos reaccionários que, por um lado, pressionam e apoiam aparentemente o Presidente da República e, por outro lado, começam a negociar uma outra candidatura militar, dócil aos seus desígnios e objectivos.

- 6.º Agravar a dependência diplomática, económica, financeira e militar de Portugal em relação ao Imperialismo estrangeiro, de forma a fazer pesar na evolução da situação política as pressões e ingerências externas e a dificultar a concretização da opção socialista do povo português.**
- 7.º Tentar criar condições políticas e os instrumentos necessários (como é o caso das alterações de fundo à lei eleitoral) para impedir a realização de eleições democráticas e a expressão livre da vontade popular, possibilitando uma vitória «eleitoral» da reacção, uma mascarada à moda de Marcelo Caetano.**
- 8.º Preparar, num autêntico golpe de Estado, a revisão inconstitucional da Constituição, excedendo ilegalmente os limites e os processos constitucionais da revisão e impondo (por métodos antidemocráticos, como seria um referendo ou eleições falseadas) uma Constituição reaccionária que liquidasse o regime democrático português.**

Os factos mostram, sem sombra de dúvida, serem actualmente estas as grandes direcções do ataque global da reacção contra a democracia portuguesa.

8. Objectivo da reacção: uma nova ditadura a médio prazo.

O CC do PCP chama solenemente a atenção do povo português e de todos os democratas e patriotas para o facto de que o plano de liquidação da democracia portuguesa está efectivamente em marcha.

Até agora desenvolveram-se ofensivas visando a recuperação de posições pelo grande capital, os latifundiários e o imperialismo.

Agora a reacção põe na ordem do dia, como tarefa global, a liquidação do regime democrático e a restauração do poder de exploração e de opressão dos monopólios (associados ao Imperialismo estrangeiro) e dos latifundiários através de uma ditadura reaccionária.

O povo português está em condições e tem força bastante para cortar-lhe o passo.

II

A POLÍTICA NECESSÁRIA PARA A SOLUÇÃO DOS PROBLEMAS NACIONAIS E A DEFESA DA DEMOCRACIA

1. É urgente a tomada de consciência dos perigos e da acção necessária para os conjurar

A situação actual e o desenvolvimento das ofensivas e planos das forças reaccionárias e seus aliados representam **gravíssimos perigos para a democracia portuguesa e para a Independência nacional no ano corrente e no ano de 1980, ano de eleições legislativas.**

Acerca dos planos da reacção para liquidar o regime democrático, o CC do PCP salienta dois aspectos fundamentais:

O primeiro. Não há qualquer exagero em afirmar que, se não forem sustidas as ofensivas que estão em curso contra as conquistas da Revolução, contra as liberdades, contra o regime democrático, contra a Constituição — poderá de novo vir a instaurar-se a médio prazo em Portugal uma ditadura reaccionária ou mesmo fascista.

O segundo. A força real da reacção é muito menor do que procura fazer crer. O povo português, o movimento popular e democrático tem força bastante para barrar o caminho à reacção, defender as liberdades, as conquistas da Revolução e o regime democrático.

O CC do PCP apela aos trabalhadores, ao povo, a todos os democratas e patriotas, para que seja tomada urgentemente consciência real dos perigos e para que, em conformidade, seja empreendida com sucesso a realização das tarefas indispensáveis para conjurá-los.

2. A Assembleia da República e o Governo

No sistema constitucional português, a Assembleia da República tem um importante papel na formação, aprovação do Programa e fiscalização da actuação do Governo. Segundo o sistema constitucional devem respeitar-se na formação do governo os resultados das eleições para a Assembleia. O governo não pode subsistir se tiver a oposição da maioria dos deputados. Votos de censura da Assembleia obrigam à demissão do governo. A perda de votações pelo governo em questões políticas essenciais (Orçamento, Plano e outras leis importantes) deve ser interpretada como demonstração de desconfiança da Assembleia e sinal de que o governo não deve prosseguir. A acção legislativa da Assembleia traça as grandes linhas e os limites da actuação do executivo.

A Assembleia, na sua composição actual (dada a existência duma maioria PS-PCP), poderia ter uma intervenção decisiva para impedir o prosseguimento da actuação anticonstitucional do Governo Mota Pinto. O PS continuará a compartilhar da grave responsabilidade em toda a actuação do governo se, depois de o ter deixado passar na Assembleia, se recusar a um entendimento com o PCP no plano parlamentar, em que o PCP continua a insistir.

3. Ainda as eleições antecipadas

O CC do PCP lembra que o **Governo M. Pinto/PPD**, porque não dispõe de uma maioria parlamentar, nem a participação de ministros autorizados pelos respectivos partidos, **não corresponde à segunda alternativa apresentada pelo Presidente da República na sua comunicação de 22 de Setembro.**

Da mesma forma, se não se concretizar a curto prazo o acordo interpartidário maioritário em que o governo possa apoiar-se, **a solução**, igualmente nos termos do esquema indicado e anunciado pelo Presidente, **deverá ser a terceira alternativa** antes indicada, ou seja, a dissolução da Assembleia da República e a realização de eleições gerais antecipadas nos prazos constitucionais.

Para que tal saída se concretizasse, as decisões que a possibilitariam (demissão do Governo, nomeação de um governo de gestão e dissolução da Assembleia da República) teriam de ser tomadas no prazo de um ou dois meses para que as eleições pudessem ter lugar em «prazo útil». O CC do PCP continua a entender que, dada a situação existente, **a realização de eleições antecipadas para a Assembleia da República seria a solução mais adequada para a crise de governo que realmente continua a existir.**

4. Objectivos essenciais na defesa da democracia e da independência nacional

O CC do PCP considera indispensável e urgente para a salvaguarda do regime democráti-

co e da independência nacional uma viragem na política portuguesa com a formação de um novo governo e a adopção de uma nova política, quer ainda com a actual Assembleia da República (na base da maioria PS-PCP) quer na sequência das futuras eleições (antecipadas ou não) para a Assembleia da República e duma vitória das forças democráticas.

O CC do PCP considera como **objectivos essenciais para a defesa da democracia e da independência nacional:**

- 1.º **Respeito pela Constituição, pelas instituições e pela legalidade democrática, começando essa obrigação pelos próprios órgãos de soberania, designadamente pelo Governo.** Garantia efectiva do exercício das liberdades e dos direitos dos cidadãos em todo o território nacional. Liberdade de informação e expressão. Pluralismo e independência nos meios de comunicação social estatizados. Termo de perseguições, discriminações profissionais e depurações por motivo de diferenças de opinião. Combate ao terrorismo.
- 2.º **Defesa da unidade nacional e da integridade territorial.** Combate ao separatismo declarado ou encapotado. Garantia da autonomia regional reconhecida na Constituição.
- 3.º **Defesa e melhoria do nível de vida dos trabalhadores e das classes e camadas médias.** Contenção dos preços e manutenção do poder de compra. Desbloqueamento da contratação colectiva. Actualização de salários, subsídios de desemprego, abonos de família, pensões e reformas. Proibição de despedimentos sem justa causa e criação de postos de trabalho. Solução dos problemas mais instantes dos jovens e das mulheres. Preços compensadores, crédito, seguro agro-pecuário, apoio técnico aos pequenos agricultores e rendeiros. Revisão imediata dos artigos mais gravosos da lei/PPD dos



senhorios ricos e cancelamento dos processos de despejo em curso. Aplicação imediata da lei dos baldios em todo o País. Aplicação imediata da lei de extinção da colónia (Madeira). Concretização de políticas de saúde, habitação, ensino e cultura ao serviço dos interesses populares e no respeito da Constituição. Solução dos mais prementes problemas dos quadros intelectuais e técnicos, profissões liberais e pequenos e médios comerciantes e industriais.

- 4.º **Respeito pelas grandes transformações democráticas e progressistas realizadas após o 25 de Abril e consagradas na Constituição.** Irreversibilidade efectiva das nacionalizações e da Reforma Agrária. Termo, interdição e anulação das decisões e actuações inconstitucionais, ilegais, arbitrarias e violentas do Governo. Reposição das situações constitucionais e legais, restituindo às UCPs e Cooperativas terras, gado e máquinas ilegalmente arrancados, e à gestão dos trabalhadores empresas ilegalmente restituídas ao patronato sabotador. Exercício do controlo de gestão. Prosseguimento da Reforma Agrária, com a revisão imediata da Lei Barreto, tendo em vista a sua ulterior e total revogação.

Imediata suspensão das reservas até redefinição do processo. Garantia da posse da terra às UCPs e Cooperativas e entrega aos trabalhadores e pequenos e médios agricultores dos 700 000 hectares de terras expropriáveis ainda nas mãos dos agrários. Concessão de crédito agrícola de emergência, apoio técnico. Revogação da lei da cortiça bem como da recente Portaria 3/79 que a agrava.

- 5.º **Política económica e financeira tendo como objectivo a efectiva recuperação económica e o desenvolvimento democrático da economia nacional para o bem do povo português e para a garantia da independência nacional.** Mobilização dos recursos e energias internas para o aumento da produção. Política de crédito, de investimentos, de preços visando a expansão da riqueza do país. Diminuição da taxa de juro. Suspensão das escandalosas indemnizações a grandes capitalistas e agrários. Redução de importações sumptuárias. Apoio às diversas formações económicas (sector nacionalizado, UCPs e Cooperativas, sector privado, empresas em autogestão, pequena produção mercantil) no respeito pela dinâmica própria de cada qual.



6.º **Política externa de independência nacional e brío patriótico.** Não admissão de pressões e ingerências externas na política portuguesa e recusa de enfeudamento a qualquer país ou bloco político e militar. Diversificação das relações externas sem prejuízo de desenvolvimento das relações tradicionais. Acordos com o Mercado Comum adequados à situação económica, social e política de Portugal. Limitar a participação da NATO a aspectos estritamente militares e de acordo com o Artigo 7.º da Constituição. Aproveitamento das grandes potencialidades de cooperação com os países socialistas, com os novos Estados africanos e com os países do Terceiro Mundo.

7.º **Realização de eleições (para as autarquias e Assembleias das Regiões Autónomas, a Assembleia da República e a Presidência da República) segundo os princípios democráticos consagrados na Constituição. Liberdades asseguradas. Igualdade dos partidos na utilização dos meios de comunicação social.** Respeito absoluto pelo princípio da proporcionalidade. Direito e liberdade de voto. Fiscalização do processo e do acto eleitoral.

8.º **Rigorosa observância dos termos dos limites e dos processos indicados na própria Constituição para a revisão constitucional.** Observância obrigatória dos limites do Artigo 290.º. Exigência da maioria de dois terços para a aprovação de alterações na futura Assembleia da República. Definição da posição das forças armadas nos órgãos do poder político de forma a assegurar, numa época em que o regime democrático está longe de se encontrar consolidado, o seu papel na defesa da democracia em continuidade do espírito do 25 de Abril.

Estes pontos correspondem inteiramente aos interesses do povo português e da nação portuguesa, são conformes com a Constituição e o regime e constituem o ponto de partida para uma plataforma que pode conglomerar todas as forças sociais e políticas interessadas em impedir o regresso a uma ditadura e na consolidação e prosseguimento do Portugal de Abril.

5. Direcções fundamentais da luta e da intervenção popular e democrática

O CC do PCP insiste na necessidade de se continuarem a utilizar formas diversificadas e complementares de luta e de intervenção popular e democrática.

O CC do PCP insiste em particular na necessidade de associar:

- as lutas de massas de protesto e reclamação, designadamente abaixo-assinados, concentrações, manifestações, paralisações, greves como forma de defesa

dos legítimos direitos dos trabalhadores e do povo;

- a intervenção directa na solução dos problemas nacionais, designadamente através da boa gestão e resolução dos problemas das populações nas autarquias, do esforço produtivo das UCPs, Cooperativas da zona da Reforma Agrária e das pequenas e médias explorações agrícolas, em geral, da contribuição para um bom funcionamento e boa gestão das empresas nacionalizadas, das empresas em autogestão e cooperativas na indústria, na pesca e nos serviços, da apresentação e luta pela realização de soluções construtivas para os problemas nacionais;
- a acção junto dos órgãos do poder e nos órgãos do poder, designadamente mantendo contactos regulares com o Presidente da República e o Conselho da Revolução, insistindo em debater com o Governo a situação política e a acção governativa e procurando na Assembleia da República fazer aprovar diplomas favoráveis aos interesses populares e à defesa das liberdades, das conquistas da Revolução e do regime democrático.

Nas condições existentes qualquer forma de luta deve ser considerada tendo sempre em conta globalmente a situação política e económica em toda a sua complexidade.

Contra as manobras desestabilizadoras da reacção, as forças da democracia continuam a estar vitalmente interessadas na estabilidade das instituições, na saída da crise económica no quadro das instituições, na legalidade e na ordem democráticas.

6. Luta no quadro das instituições e do regime

As forças reaccionárias — PPD e CDS, PPM, PDC e MIRN, CIP, CAP e CCP, todas as forças do passado — violam diariamente a Constituição e a ordem democrática, colocam-se abertamente fora da legalidade, empreendem actos de rebeldia e subversão.

O PCP desmascarará e combaterá as actuações e posições anticonstitucionais e ilegais mesmo que partindo do próprio Governo. O PCP não é partido que aceite submeter-se a ameaças, chantagem e tentativas de intimidação. O PCP respeita e reclama que todos (a começar pelo Governo) respeitem a ordem democrática. O PCP reclama que sejam respeitados e cumpridos os preceitos constitucionais e levada à prática a lei que proíbe a actividade e a propaganda de organizações fascistas.

O CC reafirma que o PCP actua e actuará rigorosamente no quadro das instituições democráticas. Não excede nem excederá as liberdades e direitos que a Constituição confere aos partidos e aos cidadãos. Mas tão pouco renunciará no mínimo ao seu exercício.

Os trabalhadores, as massas populares, os democratas e patriotas estão vitalmente interessados em orientar as suas lutas e a sua actuação seguindo o mesmo princípio fundamental.

III

O POVO

DEFENDERÁ

O PORTUGAL DE ABRIL

1. **Unidade, organização e luta**

Os trabalhadores, as massas populares, os democratas e patriotas estão em condições e têm força bastante para fazer frente à reacção e impedir que se concretizem os planos sinistros de liquidação da democracia portuguesa.

As forças da liberdade, da democracia, do progresso social e da independência nacional têm por si o número, a razão, os interesses do povo e da Pátria, a legitimidade constitucional, a legalidade democrática.

Com a cobertura escandalosa dos meios de comunicação social, a reacção procura criar a ideia de que dispõe do apoio da maioria da população. O facto é que o povo português, na sua grande maioria, (como mostram as eleições parciais e as grandes acções de massas em contraste com a evidente redução da base social de apoio da reacção), está decididamente disposto a lutar pelo melhoramento das suas condições de vida e a defender as liberdades, as outras conquistas da Revolução, o regime democrático e a independência nacional.

O CC saúda os trabalhadores da Reforma Agrária pela sua luta heróica em defesa da mais bela conquista da Revolução e assegura-lhes o completo apoio do PCP.

O CC do PCP saúda a classe operária, os trabalhadores da cidade, do campo e do mar, os pequenos e médios agricultores e rendeiros, os intelectuais, os pequenos e médios comerciantes e industriais, pelas suas lutas corajosas, persistentes e confiantes.

O CC saúda os muitos milhares de democratas, delegados e colaboradores das Comissões de Recenseamento e o povo português em geral que através das operações de recenseamento deram uma resposta clara às especulações e manobras desmobilizadoras da reacção.

Ante a unidade, a organização e a luta dos trabalhadores, dos democratas, dos patriotas, as ofensivas reaccionárias serão sustidas e derrotadas e Portugal prosseguirá o caminho aberto pelo heróico levantamento dos capitães do MFA.

2. **Defender e reforçar a unidade sindical**

A grande força organizada, a consciência e a combatividade de classe do movimento sindical unitário, coeso em torno da CGTP-Intersindical Nacional é absolutamente indispensável para a defesa dos interesses e direitos dos trabalhadores, para conseguir — em luta contra o patronato reaccionário e o seu Governo — alcançar a satisfação das justas reivindicações dos trabalhadores e para a defesa do regime democrático.

O ano de 1978 foi um ano de grandes vitórias do movimento sindical unitário. O grande patronato e a reacção sabem bem que a sua política encontra por diante o forte obstáculo da união dos trabalhadores nos seus sindicatos em torno da Intersindical.

É significativo o lançamento com poderosos recursos financeiros da operação divisionista da



UGT no preciso momento em que se forma um Governo abertamente ao serviço do grande patronato, dos latifundiários e do imperialismo, que lançam nova grande ofensiva contra os trabalhadores — contra o regime democrático.

Desrespeitando e violando a vontade dos trabalhadores, os mentores da UGT ofendem as mais elementares regras democráticas, preparam-se para impor nos sindicatos que dominam regimes estatutários que liquidam, mesmo formalmente, todas as possibilidades de intervenção e participação democráticas, retomam métodos de mentira, falsificação, imposição e repressão próprios do sindicalismo fascista do tempo da ditadura.

A missão da UGT é criar no seio dos trabalhadores um instrumento dos seus exploradores (da CIP, da CAP e da CCP) para imporem ainda mais duras condições de exploração, é tentar enfraquecer a luta e a resistência da classe operária e das massas populares para facilitar a recuperação capitalista, latifundista e imperialista, a restauração do poder económico e político dos monopólios e latifundiários.

O CC do PCP critica vivamente a actuação da direcção do PS, coligando-se ao PPD e partidos reaccionários nesta nova tentativa divisionista.

O CC do PCP apela aos trabalhadores portugueses para que dêem firme batalha, isolem e derrotem os divisionistas, para que reforcem os sindicatos e a sua vida democrática, para que afastem das direcções dos sindicatos os lacaios e vendidos ao patronato e à reacção.

O CC do PCP apela para o reforço da **unidade, da organização, da actividade, da luta e da democracia sindical.**

3. Reforço dos organismos unitários de base

Os organismos unitários de base, designadamente as Comissões de Trabalhadores e as Comissões de Moradores (formas de organização popular consagradas na vida e na luta do povo e no regime democrático do 25 de Abril) são chamados a desempenhar um papel de importância crescente na situação actual.

As Comissões de Trabalhadores representaram já, no tempo da ditadura, apesar da perseguição e repressão de que eram alvo, um papel essencial na defesa dos interesses de classe. Depois do 25 de Abril esse papel consolidou-se e alargou-se abrangendo em vastas zonas da economia portuguesa as funções do controlo de gestão, igualmente reconhecidas e consagradas na Constituição.

Não admira que a ofensiva da reacção visando o agravamento da exploração, e a restauração do poder dos monopólios e dos latifundiários seja acompanhada, não só da ofensiva contra a forte organização sindical unitária como também contra as Comissões de Trabalhadores e contra o controlo de gestão.

As Comissões de Moradores impuseram-se como organizações capazes de expressarem as aspirações populares locais e de congregarem os esforços necessários para a sua concretização. A sua consagração na Constituição reflecte esta mesma realidade. O aprofundamento da sua actividade e o seu desenvolvimento numérico assim

como a sua articulação com o trabalho das autarquias revela e abre amplas perspectivas.

O CC apela aos trabalhadores para que reforcem urgente e decididamente a actuação das Comissões de Trabalhadores, Comissões de Moradores e outros organismos unitários de base, fazendo frente às intimidações e às situações de repressão, melhorando incessantemente a natureza democrática e unitária da constituição e funcionamento das Comissões e a sua estreita e constante ligação com as massas.

4. Alargar os movimentos camponeses e dinamizar todos os movimentos organizados de massas

A aliança da classe operária com as classes e camadas antimonopolistas decorre objectivamente das consequências imediatas da política de recuperação capitalista e dos planos de restauração do poder dos monopólios e dos latifundiários.

O reforço dessa aliança torna-se um factor de primeiro plano na evolução positiva da situação política e na vitória final e definitiva da revolução democrática.

Os movimentos unitários de pequenos e médios agricultores e rendeiros tornaram-se uma força poderosa e influente na defesa dos interesses dessas camadas laboriosas, no progresso da agricultura, na defesa da democracia.

O seu alargamento a todo o País, o reforço da sua organização, coordenação e combatividade na luta pelas mais diversificadas aspirações do campesinato, continuará o crescente isolamento da CAP, consolidando a unidade e garantindo novos êxitos aos agricultores portugueses.

O movimento da juventude trabalhadora continua a fortalecer a sua unidade e a desenvolver a luta em defesa das reivindicações e direitos dos jovens trabalhadores, dos trabalhadores-estudantes, contra o desemprego e pelo direito ao trabalho e prosseguirá as grandes acções culturais, desportivas e de ocupação dos tempos livres da juventude.

O movimento estudantil amplia a sua unidade, fortalecendo as associações de estudantes na acção pelo direito ao ensino, pela reestruturação democrática da Universidade, pelos direitos e aspirações da juventude estudantil a uma vida melhor e mais feliz.

À UJC e à UEC cabe um papel cada vez mais activo e dinâmico na mobilização da juventude.

Os movimentos, incluídos e acções de intelectuais e quadros técnicos ao mesmo tempo que lutam contra a degradação das suas condições de vida e de trabalho e pela dignificação profissional, ocupam um lugar de destaque na frente das forças da cultura e da democracia, na defesa das liberdades, do progresso, da paz e da independência nacional.

O movimento de mulheres participa de forma crescenté quer na luta pelas suas reivindicações

específicas, quer na luta geral do nosso povo, das massas trabalhadoras contra o aumento do custo de vida, pela melhoria das condições de vida, pela liberdade, pela paz.

O CC salienta os progressos da organização e movimentação dos pequenos e médios comerciantes e industriais, mas também o seu atraso relativo em relação à organização e à luta de outras classes e camadas da população. Um esforço decidido é necessário para vencer esse atraso relativo.

O CC salienta a importância dos mais diversos movimentos organizados de massas (de reformados, de deficientes, de colectividades) para a defesa do bem-estar do povo, dos interesses específicos de certos sectores da população e para a defesa do regime democrático.

A movimentação de massas com objectivos concretos imediatos constitui uma frente essencial da luta contra a reacção e em defesa da democracia.

5. Defender os interesses das populações e desenvolver o trabalho das autarquias

O PCP defende que as autarquias devem ter como objectivo específico a resolução dos problemas locais e a defesa dos interesses das respectivas populações. A mais vasta unidade dos eleitos e a fusão destes com as populações na base de uma adequada política de informação e de participação popular através, nomeadamente, das Comissões de Moradores é a condição principal da solução de tais problemas.

A aplicação da lei das finanças locais que a Assembleia da República recentemente aprovou (com a respectiva e plena projecção no OGE) é uma batalha fundamental do momento, quer para se garantir a rápida solução de muitos problemas urgentes, quer para se garantir a real autonomia do poder local. Na actual situação, a defesa da autonomia das autarquias é uma forma fundamental de defesa do regime democrático. Ninguém tem o direito (e muito menos o Governo) de tentar negociar a não aplicação desta lei.

A política geral de desestabilização prosseguida pelo PPD e uma certa desagregação do PS estão na origem de muitas eleições suplementares que se têm realizado e que se irão realizar. O «Povo Unido», que foi a única força política que não provocou uma só destas eleições, foi também a única força política que aumentou a sua votação em todas as eleições a que concorreu. O PCP salienta a grande importância destas eleições e aponta como objectivo a participação da APU em todas as eleições suplementares futuras.

As eleições para as autarquias que se realizarão em Dezembro, movimentam desde já todas as forças políticas. Pela importância de que se revestem e pelas consequências do seu resultado para a justa resolução dos problemas das populações locais, bem como para a situação política em geral, impõe-se, desde já, o empenhamento de toda a organização do Partido nesta grande batalha democrática.

6. Aproximar e unir na acção democratas e patriotas

Os portugueses e portuguesas que estão com o Portugal de Abril, embora com opiniões políticas diversificadas, constituem a maioria esmagadora do povo português.

Entretanto a unidade dos democratas e patriotas tropeça com grandes dificuldades de se concretizar no plano orgânico, dada a arrumação das forças políticas e a política de alianças com a direita da direcção do PS.

O CC do PCP entende necessário, a par da continuação do esforço para a aproximação, acordo e acção comum dos partidos democráticos, **o esforço para encontrar formas de organização e acção unitária de democratas e patriotas de variadas tendências, sem que isso implique ou exija o acordo e a acção comuns concertados entre os respectivos partidos.**

Neste 5.º ano de Portugal libertado do fascismo, ante os perigos que se avolumam contra a Democracia, **o CC do PCP faz um apelo a todos os democratas e patriotas, a todos os que estão dispostos a lutar para que Portugal não volte ao passado de terror da ditadura fascista, para que se aproximem, para que debatam os problemas, para que se entendam, para que decidam em comum, junto com os comunistas, os objectivos e as formas de luta e de intervenção em defesa do Portugal de Abril.**

7. O entendimento de comunistas e socialistas

Continuando a defender, no quadro da unidade dos democratas portugueses, o entendimento e a acção comuns de comunistas e socialistas como indispensável para o combate à reacção e a defesa dos interesses do povo trabalhador e do regime democrático, o CC do PCP expressa as suas profundas preocupações pelas orientações e posições da direcção do PS, de que são inquietante exemplo a atitude do PS na Assembleia da República que permitiu a passagem do Governo Mota Pinto e a coligação com o PPD na UGT.

O PS é responsável pelo desencadeamento da política de recuperação capitalista, latifundista e imperialista. Primeiro aliado de facto à direita, depois em coligação com o CDS, é o grande responsável pelo lançamento da política dos pacotes, pelo desencadeamento das ofensivas contra a Reforma Agrária, as nacionalizações e o controlo operário, pela elaboração e aprovação dos diplomas da contra-revolução legislativa, pelo lançar da operação da integração no Mercado Comum e pelo galopar do endividamento externo, com submissão às condições do FMI.

O PS pagou e está a pagar caro esta sua política com o afastamento do governo, a expulsão de numerosas posições no aparelho do Estado, o descrédito interno e externo, divisões internas, numerosas demissões, redução da organização e da base social de apoio e do eleitorado.





A democracia portuguesa está interessada em que a queda do PS não se acentue e se não transforme num desastre. Mas para que tal não aconteça, o PS terá necessidade dum profundo e real exame autocrítico, do abandono definitivo das suas alianças com as forças reaccionárias, da adopção duma atitude antifascista militante e duma política realmente democrática.

O CC do PCP considera que o povo português tem o direito de exigir do PS uma definição sem equívocos acerca da política do Governo actual e do futuro da democracia portuguesa.

O CC reafirma a disposição do PCP de examinar em qualquer momento com o PS toda a problemática nacional, a vontade de entendimento em questões concretas (na Assembleia da República, nas autarquias, nos mais variados sectores da vida nacional) para fazer frente à ofensiva e aos planos da reacção.

O CC do PCP apela aos militantes e simpatizantes do PS para que, em toda a parte, em unidade com os comunistas e outros democratas, intensifiquem a luta na defesa dos interesses dos trabalhadores e das classes laboriosas, do regime democrático, da independência de Portugal.

8. O reforço incessante do PCP, necessidade nacional

Na situação existente em Portugal, dada a correlação das forças partidárias e a política de capitulação dos dirigentes do PS, que continuam a aliar-se à direita e às forças do capital e abrem

à reacção o caminho do poder e da destruição do regime democrático, **o reforço incessante do PCP torna-se uma condição indispensável e insubstituível para assegurar a defesa dos interesses dos trabalhadores e das classes e camadas laboriosas, das conquistas da Revolução e do regime democrático.**

Por força da evolução da situação, o reforço incessante do PCP não é apenas do interesse dos comunistas mas de todo o povo trabalhador, de todos os democratas e patriotas.

O CC resolveu:

- continuar a promover o melhoramento da composição e estruturas de direcção central e de todos os organismos de direcção;
- acelerar a preparação de quadros, tendo em conta as experiências dos últimos anos e as necessidades concretas de qualificação ideológica, política e técnica;
- continuar a desenvolver esforços com vista ao aumento dos efectivos do Partido e à sua estruturação;
- melhorar e tornar mais operativo e incisivo e correspondente à situação criada pela ofensiva global da reacção o trabalho de informação, propaganda e agitação, assim como o trabalho ideológico.

O PCP continua sendo, para os trabalhadores e amplas massas da população laboriosa, o Partido da verdade, da esperança e do futuro.

Os comunistas actuarão de forma a que o Partido esteja à altura da confiança que nele é depositada.

9. Convocação do IX Congresso do PCP

Tendo em conta as mudanças qualitativas verificadas na situação política portuguesa nos últimos três anos e a necessidade de um exame aprofundado que permita uma mais rigorosa previsão das perspectivas e a definição correcta da orientação e tarefas do Partido, e de harmonia com o Artigo 19 dos Estatutos do Partido, **o CC resolve convocar a realização do IX Congresso do PCP em 31 de Maio/3 de Junho, começando imediatamente os trabalhos preparatórios em todo o Partido.**

*
**

Examinando a situação nacional nos seus múltiplos aspectos e na sua extrema complexidade, o CC concluiu que **existem sólidas razões para confiar em que as forças da democracia e da independência nacional estão em condições de assegurar a defesa e o prosseguimento do Portugal de Abril.**

As dificuldades actuais serão superadas. A reacção será derrotada. O povo português assegurará a construção de um Portugal livre, democrático e independente, em cujo horizonte se encontra a sociedade socialista.

15.1.1979

**O COMITÉ CENTRAL
DO PARTIDO COMUNISTA PORTUGUÊS**



**ISTO NAO ENDIREITA
COM GOVERNO DE DIREITA**

